

> SAÚDE ESTADUAL

Anestesiologistas receberão processo administrativo se não aparecerem

Os 89 anestesiologistas que compõem o quadro de pessoal da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), convocados, por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Estado da última sexta-feira, dia 9, devem comparecer hoje, às 15 horas, na sede da secretaria para uma reunião com o titular da pasta, George Antunes, na qual a realidade atual da rede, com a não renovação dos contratos com as cooperativas médicas, será abordada. Amanhã, o DOE também publica a relação dos hospitais onde cada profissional, até então em licença ou férias, deve retornar ao trabalho. Quem não se apresentar será submetido a um processo administrativo por parte da Sesap, com penalidades de acordo com cada caso.

Nesta terça-feira, outra reunião, entre o Ministério Público Estadual (MPE), Procuradoria Geral do Estado (PGE), no gabinete da governadora Wilma de Faria, também deve interferir no curso dos acontecimentos relacionados à crise na Saúde. De acordo com o procurador geral de justiça, José Augusto Peres, o MP mantém a posição contrária à contratação de cooperativas médicas, no entanto, na reunião com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, no fim da semana passada, ele sinalizou a possibilidade de contar com os serviços



Hoje à tarde, na Secretaria Estadual de Saúde, os médicos devem comparecer para uma reunião

dos cooperados na rede, mas de maneira provisória. "Vamos analisar a viabilidade jurídica de contratar os médicos de cooperativas temporariamente, mas o que queremos é que os gestores resolvam o problema definitivamente", informa.

A prioridade da Sesap é encaminhar os anestesiologistas para unidades públicas, porém alguns médicos devem ser transferidos para os hospitais particulares, conforme orienta-

ção do MP, para atender as cirurgias eletivas e também a demanda extra por urgências de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A determinação do Governo do Estado, em consonância com a orientação do MP, é viabilizar os procedimentos eletivos que deveriam estar sendo realizados em hospitais privados, mas ficaram suspensos após o fim do contrato do Estado com a Cooperativa dos Anestesiologistas (Coopanest).

A portaria tem suporte legal no decreto de "Estado de Perigo Iminente de Calamidade Pública", assinado pelo governador em exercício Iberê Ferreira de Souza, no último dia 30 de dezembro.

NEONATOLOGISTAS

Na Maternidade-Escola Januário Cicco, o problema com cooperativas de médicos também ocorre. O contrato com a cooperativa de

neonatoLOGISTAS e intensivistas, que reúne 70 profissionais, termina no próximo dia 15 e os cooperados não têm interesse em renová-lo. "Resolvemos agir assim por vários fatores, como as condições precárias de trabalho e a defasagem salarial", informa a tesoureira da cooperativa, Giana Escóssia Melo. Com isso, a direção da unidade hospitalar está tendo que reduzir os serviços em praticamente 50%. "A partir do dia

16, apenas oito pediatras estarão atendendo na maternidade", comunica Kleber Moraes, diretor da Januário Cicco. Dos 22 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) neonatal existentes, apenas dez poderão ser utilizados. Ele articula uma audiência com os secretários estadual e municipal de Saúde, George Antunes e Levi Jales, para analisarem possíveis soluções para o problema.



Segundo José Augusto Peres, será analisada a viabilidade jurídica de contratos via cooperativa

criança

A situação das maternidades do estado, exposta em matérias publicadas hoje no caderno *Cidades*, está a exigir uma decisão firme e de pulso. Não é possível que os usuários do SUS estejam expostos a essas dificuldades sem que os gestores da saúde pensem numa solução eficiente. Há todo um jogo de interesses, percebe-se, envolvendo a saúde pública. Tem a ver com a criação e o estímulo, em determinado momento, à criação de instrumentos ditos "modernos", como as cooperativas e os fornecedores de serviços de saúde - os mesmos, aliás, que deveriam ser realizados, e com eficiência, pelo estado. Não se pode jogar assim com a saúde da população. É preciso que se bata na mesa e se exija providências. A cada dia o cidadão se surpreende com uma novidade nessa área - sempre negativa. Até quando será assim?



posse

A posse de mais um juiz potiguar como desembargador federal com assento no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife e abrangência em vários estados do Nordeste, só enobrece e dignifica a magistratura do Rio Grande do Norte. A trajetória do juiz federal Francisco Barros Dias, alçado agora à nova missão, também é estímulo aos que sempre lutaram. Egresso de uma família de agricultores da pequena cidade de Olho D'água do Borges, o novo desembargador cresceu em meio a todas as dificuldades de uma região pobre. Soube, no entanto, extrair das dificuldades força para galgar, passo a passo, suas conquistas. Parte agora para novos desafios, ao lado de outros colegas potiguares, que também, pelo conhecimento e pela competência, alcançaram o tribunal regional. O novo desembargador enobrece este RN.

IGREJA MILHARES DE JOVENS CATÓLICOS DO BRASIL SE REÚNEM EM NATAL
CIDADES, CAPA

**TERÇA
FEIRA**

MUNICÍPIOS BAÍA FORMOSA FESTEJA PADROEIRA E COMPLETA CINQUENTENÁRIO
CIDADES, 6

NESTA EDIÇÃO

OPINIÃO	2
POLÍTICA	3
BRASIL	4
GERAL	5 E 6
CIDADES	1, 2, 4 E 5
ECONOMIA	3
MUNICÍPIOS	6
ESPORTES	7 E 8
MUITO	1 A 4
CLASSIFICADOS	6 PÁGINAS
TOTAL	24 PÁGINAS

R\$ 1,50

NATAL, 13 DE JANEIRO DE 2009

FUNDADOR: ASSIS CHATEAUBRIAND
ANO LXIX - NÚMERO 2537

DIÁRIO DE NATAL



Divulgação/3ofashion Rio



Pacientes do SUS estão sem cirurgia pediátrica

FIM DE CONTRATO COM EMPRESA QUE PRESTAVA SERVIÇO NO HOSPITAL MARIA ALICE SUSPENDE CIRURGIAS DE RECÉM-NASCIDOS; REDUÇÃO DE LEITOS NA JANUÁRIO CICCO LOTA SANTA CATARINA

Ministério da Saúde avaliará crise no Estado

COMISSÃO DE SAÚDE DA AL QUER AUDIÊNCIA COM WILMA DE FARIA PARA SENSIBILIZÁ-LA A ENCONTRAR SOLUÇÃO

TACIANA CHIQUETTI
REPORTER

O Ministério da Saúde (MS) vai enviar uma equipe, no início da próxima semana, para avaliar a situação da Saúde no Rio Grande do Norte, durante este período de estado de calamidade, decretado no último dia do ano passado, pelo governo estadual. O objetivo da visita é analisar como o MS pode auxiliar o Estado no atual contexto. Paralelamente, a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (AL), composta pelos deputados Getúlio Rego, Leonardo Nogueira e José Dias, solicitou uma audiência com a governadora Wilma de Faria para sensibilizá-la para a "gravidade do problema" e fazer com que ela tome uma decisão para uma solução definitiva. "O Estado e Natal não tem como ofe-

"Quem decide é o juiz e não há juiz que vai aprovar algo que faça pessoas morrerem"
Getúlio Rego

recer os serviços sem as cooperativas médicas. Pessoas estão morrendo por causa deste impasse. No Itorn, já tem nove idosos esperando por cirurgia no fêmur, desde o dia 1º de janeiro", observa o deputado Getúlio Rego, sugerindo que as empresas sejam contratadas provisoriamente até que um desfecho definitivo seja pensado.

A comissão se reuniu, mais uma vez, desde sexta-feira passada, para debater o assunto e chegou à conclusão que as providências adotadas pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) não estão resolvendo, mas sim "agravando o problema". "O Ministério Público apenas sugere que os contratos não sejam renovados, mas eles já existem há 12 anos. Quem decide é o juiz e não há juiz que vai aprovar algo que faça pessoas



Segundo Getúlio Rego, deputado da Comissão da Saúde, no Itorn já são nove idosos esperando pela cirurgia no fêmur

morrerem", analisa.

De acordo com a assessoria de

imprensa da Sesap, a rede estadual já está conseguindo se organizar, repassando as cirurgias de ortopedia para o hospital Deoclé-

Eduardo Felipe

cio Marques, em Parnamirim, e as de obstetria (partos) para Macaíba. A maior preocupação atualmente são as cirurgias eletivas (marcadas com antecedência), de responsabilidade do Município, mas que contava com a colaboração do Estado para ceder os anestesistas, desde o ano de 2004. A Sesap assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assegurando que não renovaria os contratos com as cooperativas médicas, segundo orientação do MP.

Apesar das atitudes da Sesap, de utilizar profissionais das Forças Armadas, convocar especialistas em férias ou licença e agilizar a nomeação dos concursados, a apresentação dos aprovados continua baixa. O Estado nomeou 131 especialistas, entre ortopedistas, anestesistas, cirurgiões gerais, intensivistas e pediatras, mas, até o momento, apenas 61 se apresentaram. Destes, somente seis anestesistas. Já as escalas dos servidores, que voltaram das férias, começam a ser completadas ainda nesta quarta-feira.

IMPASSE Procurador geral de Justiça chegou a anunciar reunião para hoje, mas a governadora não tinha nada na sua agenda, até ontem

Anestesistas têm férias e licenças suspensas

O governo do Estado começou a colocar em prática algumas das medidas emergenciais anunciadas no final da semana passada, para tentar minimizar os efeitos causados à população com a crise pública na saúde. Anestesistas do quadro efetivo do Estado terão suas férias e licenças suspensas e já estão sendo convocados para imediato re-

torno aos seus postos de trabalho.

A decisão foi fruto de uma reunião realizada ontem com especialistas da área e o secretário estadual de Saúde, George Antunes. Alguns especialistas, inclusive, serão relotados para suprir a carência em hospitais estratégicos. Dos 85 médicos convidados para a reunião, apenas 30 atenderam

ao convite.

"Essa convocação tem o único motivo no perigo iminente de calamidade pública. Estamos discutindo como vencer essa situação e assegurar o serviço à população enquanto os 31 anesthesiologistas aprovados no concurso, que já foram nomeados, não se apresentam para ocupar seus cargos", explicou o secretário.

GOVERNO AINDA NÃO FOI INFORMADO SOBRE CONTRATOS A SEREM RENOVADOS

A notícia divulgada com exclusividade pelo JH PRIMEIRA EDIÇÃO e confirmada pelo procurador geral de Justiça do Rio Grande do Norte, José Augusto Peres, de que o Estado poderá renovar os contratos por até três meses com as cooperativas médicas, ainda não chegou

oficialmente à governadora Wilma de Faria.

Até o fechamento desta edição, o secretário de Comunicação Rubens Lemos Filho não tinha confirmado o agendamento de uma reunião entre o MP e a assessoria jurídica do Governo, conforme anunciado pelo procurador. No último sábado, Peres afirmou que buscaria, em reunião agendada (no caso para esta ter-

ça-feira), junto aos assessores jurídicos da governadoria, brechas na legislação para que, em caráter excepcional, a governadora pudesse assinar novo contrato com os médicos cooperados.

Sobre essa oportunidade, o presidente da Cooperativa dos Médicos do RN, Geraldo Ferreira, comentou: "O fim da crise na saúde está nas mãos da governadora Wilma".

Isana Lima/DN



Atendimento a recém nascidos deverá ser complicado a partir de amanhã

SEM CONTRATO

Januário Cicco reduz leitos da UTI pediátrica

A Maternidade Escola Januário Cicco reduziu o número de leitos da UTI pediátrica de 22 para 10, desde sexta-feira passada. A decisão pela redução no atendimento é consequência do fim do contrato com a Cooperativa Especializada em Terapia Intensiva e Neonatologia (Cetipen), previsto para se encerrar na próxima quinta-feira. Os neonatologistas cooperados são responsáveis por cerca de 60% dos atendimentos na maternidade.

O contrato com a cooperativa de neonatologia venceu em novembro passado. A categoria, que era remunerada em R\$ 350 por plantão de 12 horas, passou a exigir o dobro do valor, aproximadamente R\$ 700. Um acordo entre a maternidade Januário Cicco e a cooperativa resultou num aditivo do contrato por mais três meses e no aumento do valor do plantão para R\$ 500. As exigências da cooperativa seriam revistas ao final do novo contrato, em março.

Entretanto, no dia 15 de dezembro a cooperativa decidiu pela rescisão do contrato, alegando falta de profissionais suficientes para suprir a demanda da maternidade. O contrato, portanto, se extingue na próxima quinta-feira, completados os 30 dias de aviso prévio para a rescisão contratual.

A tesoureira da cooperativa, Giana da Escóssia, conta que recentemente havia 22 profissionais prestando serviço para a

maternidade Januário Cicco. Em um ano, o número chegou aos nove atuais. "Os profissionais foram saindo por má remuneração, sobrecarga de trabalho e pelas condições gerais de trabalho", disse a diretora da cooperativa.

O diretor geral da Maternidade Januário Cicco, Kléber Moraes, explicou que a redução dos leitos começou sexta-feira passada para ocorrer de forma progressiva. "Não podemos chegar ao dia 16 com todos os leitos lotados", justificou.

Atualmente, a maternidade Januário Cicco possui 10 neonatologistas do quadro próprio e nove contratados por meio da cooperativa. Entretanto, dos prissionais do quadro, apenas oito estão ativos, porque um está cedido para outro órgão e outro está em licença. Para o diretor Kléber Moraes, a preocupação é que, se o problema não for resolvido em breve, a restrição de atendimento na UTI pediátrica se estenda para a obstetrícia.

O diretor da maternidade informou que está em contato com a Sociedade Norte-Riograndense de Pediatria, com o Conselho Regional de Medicina, além dos governos estadual e municipal para tentar resolver o impasse. Uma reunião seria agendada nos próximos dias com a governadora Wilma de Faria e a prefeita de Natal, Micarda de Sousa, para tratar do problema. Na reunião também será definido para qual unidade serão encaminhados os pacientes que não conseguirem atendimento na maternidade.

Os recém-nascidos usuários do SUS estão sem cirurgia no Estado. O Hospital Maria Alice Fernandes, principal referência em cirurgia pediátrica no Rio Grande do Norte, não realiza o procedimento desde primeiro de janeiro, quando venceu o contrato com a firma Cipen (Cirurgia Pediátrica de Natal Ltda). Desde então, as cirurgias pediátricas são encaminhadas para o Hospital Walfredo Gurgel, mas a unidade não realiza cirurgia neonatal (em recém-nascidos de até 28 dias de vida), por falta de estrutura e material.

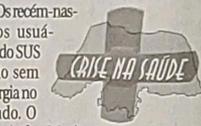
O contrato com a firma Cipen, que prestava serviços para o Hospital Maria Alice Fernandes há sete anos, não foi renovado, sob o argumento de que, como a maior parte dos cooperados são também funcionários do Estado, não poderiam prestar os serviços. Entretanto, o diretor administrativo da Cipen, Flávio Azevedo, contesta. "A gente tem a disponibilidade, tem o serviço a prestar. Se o cooperado já cumpre suas 40 horas junto ao Estado, se tem disponibilidade de prestar serviço por fora, por que não fazer?"

Hávio Azevedo reclamou que a firma é frequentemente tratada pelo Estado como se fosse cooperativa, o que teria gerado confusões. "As documentações sempre nos tratam como cooperativa, mas sempre explicamos que somos uma empresa limitada", frisou o diretor.

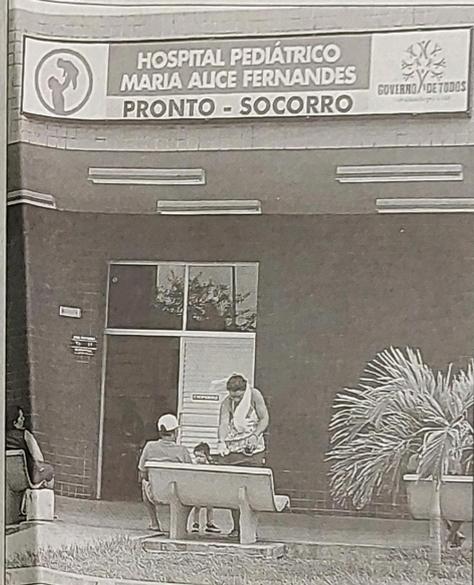
Quando o Hospital Maria Alice Fernandes mantinha contrato com a firma Cipen, nove profissionais realizam cirurgias pediátricas. As escalas de plantões eram cobertas com dois cirurgiões pela manhã, um à noite e outro de sobre-aviso. Atualmente o Hospital está sem cirurgiões.

O cirurgião pediátrico do Hospital

Walfredo Gurgel, Ulysses Cavalcante,



Fábio Cortez/DN



O Hospital Maria Alice Fernandes era o único a realizar cirurgias no estado

Walfredo Gurgel, Ulysses Cavalcante, que também prestou serviços ao Hospital Maria Alice Fernandes por meio da firma, se disse preocupado com a situação atual. "Estou muito preocupado porque sou pai e sou ser humano. Estou vendo que as crianças estão desassistidas. Como é que vão resolver isso?", questionou.

Enquanto a resposta para a solução do problema não chega, a esperança dos profissionais é que não surjam casos de recém-nascidos precisando de cirurgias neonatais. Mas não foi o que aconteceu no último final de semana. Ulysses Cavalcante revela que sábado passado, um recém-nascido precisava passar por uma cirurgia de

pulmão, no Hospital Maria Alice Fernandes. Segundo o cirurgião, o bebê deveria estar na UTI, mas estava no pronto-socorro por falta de vagas na Unidade de Tratamento Intensivo.

Tentaram transferir a criança para o Hospital Walfredo Gurgel, mas o hospital recusou, por falta de estrutura para realizar cirurgias em recém-nascidos. A reportagem do Diário de Natal apurou que, na noite de sábado, a criança foi finalmente encaminhada para o Hospital da Polícia, onde aguardava passar pela cirurgia.

"Com o fim do contrato, as crianças do Hospital Maria Alice estão totalmente desassistidas. O Hospital Walfredo Gur-

gel até pode atender as crianças maiores, mas ele está superlotado. São apenas seis leitos na UTI pediátrica", explica o Ulysses Cavalcante.

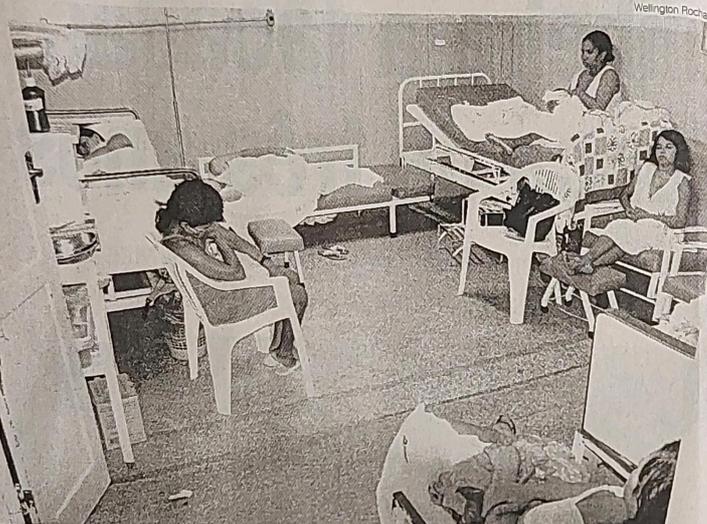
A diretora técnica do Hospital Maria Alice Fernandes, Lana Brasil, informou que os casos de cirurgia pediátrica estão sendo encaminhados para o Hospital Walfredo Gurgel e os de cirurgia neonatal (de recém-nascidos) para o Hospital Santa Catarina. Entretanto, a diretora médica do Hospital Santa Catarina, Gizeuda Teixeira, negou que cirurgias neonatais sejam realizadas na unidade. Segundo Gizeuda, há dois profissionais que dão cobertura na UTI neonatal, mas não realizam cirurgias.

A promotora de saúde Elaine Cardoso informou que o Ministério Público está acompanhando o caso da falta de cirurgiões pediátricos para realização de cirurgias neonatais. Ela informou que uma das alternativas que está sendo cogitada é a contratação de hospitais privados para realização dos procedimentos.

CONCURSO

No concurso público realizado recentemente pela Secretaria Estadual de Saúde Pública, apenas um candidato foi aprovado para a vaga de cirurgia pediátrica. Entretanto, o candidato aprovado também foi aprovado em concurso no estado do Ceará e, de acordo com as previsões de Ulysses Cavalcante, o candidato aprovado deve dar preferência à vaga no estado vizinho. "Lá a remuneração é maior. Por que ele iria escolher o que paga menos?". O cirurgião acrescentou que, mesmo que o candidato aprovado assuma a vaga no Rio Grande do Norte, ele deverá ser lotado no Hospital Walfredo Gurgel, que atualmente dispõe de apenas quatro cirurgiões pediátricos.

■ Leia mais na página 5



Wellington Rocha

Maternidade-Escola passou de 22 leitos para 14 vagas, como prevenção à redução de profissionais dentro de 2 dias



Wellington Rocha

Diretor Kleber Morais adverte que a situação pode agravar a crise na Saúde Pública do Estado, se durar muito tempo

Januário Cicco já trabalha com apenas 14 leitos

PACIENTES DO INTERIOR ESTÃO SENDO RECUSADAS DIANTE DA DIMINUIÇÃO DE NEONATOLOGISTAS A PARTIR DE 5ª FEIRA

ISAAC LIRA
REPÓRTER

Em virtude das incertezas provocadas pela rescisão unilateral do contrato dos neonatologistas, a Maternidade-Escola Januário Cicco (MEJC) iniciou hoje a diminuição dos leitos disponíveis para recém-nascidos. Os costumeiros 22 leitos transformaram-se na manhã desta terça-feira em apenas 14 vagas. A medida, que visa preparar a maternidade para os próximos dias, quando a diminuição de leitos pode che-

gar a apenas 10, acabou por diminuir o número de atendimentos para pacientes do interior do Estado.

"Já estamos trabalhando dessa maneira, o atendimento ao pessoal do interior já está sendo diminuído. É uma medida necessária para nos prepararmos para quando o contrato terminar", diz Kleber Morais, diretor da Maternidade Januário Cicco. Os neonatologistas da MEJC que são vinculados via cooperativa anunciaram o rompimento do contrato que iria até março para o dia

15 de janeiro, próxima quinta-feira. A rescisão deixará apenas oito profissionais à disposição. Antes disso, eram mais de 70.

O momento é difícil e Kleber Morais não nega que a falta de solução, se perdurar, poderá trazer sérios problemas à saúde pública do Estado, já que a Maternidade Januário Cicco é a instituição que mais atende a essas demandas no RN. No entanto, as conversas com a secretaria municipal de Saúde foram produtivas e resultaram em cinco

neonatologistas da rede realocados na Maternidade em caráter temporário. "Já é uma melhora. Existe também a expectativa de negociar com a secretaria estadual", diz Kleber Morais.

CONVERSAS PODEM SER INICIADAS HOJE

O secretário estadual de Saúde, George Antunes, ainda não tratou pessoalmente do problema na Januário Cicco com o diretor da maternidade, Kleber Morais. O contato foi

intermediado esta manhã pelo chefe do gabinete-civil, Gustavo Carvalho, e as conversas devem ser iniciadas ainda hoje. De antemão, George Antunes diz que precisa checar os seus quadros para saber se pode ajudar. "Preciso avaliar o que tenho nos meus quadros. Se houvesse profissional sobrando, eu não tinha feito concurso", afirma George. E complementa: "Uma boa parte de demanda pertence à gestão municipal".

Quanto aos anesthesiologistas, o secretário George Antunes mi-

nimizou a ausência de boa parte dos profissionais na reunião explicativa da tarde de ontem. A ausência não caracteriza falta grave. Ainda hoje os profissionais da rede de saúde devem receber um memorando com a designação dos locais onde os mesmos vão trabalhar durante a crise. A nova escala é fruto do remanejamento que a secretaria preparou para atender os locais com maior demanda após a não-renovação do contrato com a cooperativa.

TRIBUNA DO NORTE natal

TEMPO DE FÉRIAS
Feriados em 11 dias úteis
19 de janeiro - 29 de janeiro

FÁBRICA DE MARIAS
Produção: 100.000 unidades
19 de janeiro - 29 de janeiro

FÉRIAS DE LÍZIAS
19 de janeiro - 29 de janeiro

MAIOR ABILIDADE
19 de janeiro - 29 de janeiro

FÉRIAS DA LUÍSA
19 de janeiro - 29 de janeiro

EDITORA INTERIORA
19 de janeiro - 29 de janeiro



INVESTIGAÇÃO
Polícia toma depoimento importante sobre chacina no Vale Dourado

NATAL - RIO GRANDE DO NORTE
Terça-feira - 11 de janeiro de 2009

SAÚDE | A Maternidade de Janeiro Cicco começou a limitar o recebimento de gestantes. Dos 22 leitos, apenas dez devem continuar recebendo pacientes - o que deve gerar um aumento de demanda nas unidades da rede estadual

Maternidade reduz atendimentos

A crise na rede estadual de Saúde não é a responsável direta pela falta de pediatras prevista para daqui a três dias na Maternidade Escola de Janeiro Cicco, porém a redução de atendimentos iniciada no local, no final de semana, deverá se refletir no agravamento da crise. Isso porque de acordo com o diretor da maternidade, Kleber Moraes, desde a noite de sexta-feira a unidade já está limitando o recebimento de pacientes e essa demanda tende a acabar recalando sobre os demais hospitais que fazem atendimento neonatal no Rio Grande do Norte, como o Santa Catarina e o Hospital da Polícia.

A redução nos atendimentos se iniciou pela UTI neonatal, onde dos 22 leitos atuais a direção espera manter apenas 10 a partir de sexta-feira, quando, se nada for feito, mais de metade dos pediatras da unidade deixarão de atender. O problema ocorre porque a Cooperativa de Neonatologia que era responsável por cerca de 60% dos plantões na MEJC decidiu rescindir o contrato em dezembro e o aviso prévio termina nesta quinta-feira.

"Sem eles não temos condições de fechar as escalas e vamos ter de reduzir os leitos", ressaltou o diretor, Kleber Moraes. Es-

sa redução deve se ampliar para as demais áreas da maternidade, já que o pequeno efetivo de pediatras com o qual a Maternidade Cicco conta (10 no total, sendo que apenas oito à disposição) será concentrado no setor que exige maior atenção, a UTI neonatal. Com isso, os demais 100 leitos da unidade também devem sofrer uma diminuição, caso a carência de médicos persista.

UNIDADES DE SAÚDE
O próprio movimento de pacientes na unidade já caiu, segundo a constatação dos funcionários, depois de veiculadas as primeiras notícias da crise na área de recursos humanos da maternidade. O diretor apela, inclusive, para que as demais unidades de saúde de todo o Estado (metade dos atendimentos é demanda dos municípios do interior) consultem a disponibilidade de vagas antes de encaminharem pacientes.

Hoje, a Maternidade Cicco é a maior unidade neonatal do Estado e realiza cerca de 400 procedimentos por mês. Kleber Moraes já conversou com os secretários de Saúde Municipal, Levi Jales, e Estadual, George Antunes, e aguardava uma reunião com a prefeita Micarla de Sousa e a governadora Wilma de Faria, para ontem ou hoje.

JOÃO MARIA ALVES



Sem o trabalho dos neonatologistas, MEJC terá que reduzir leitos

Direção da MEJC busca alternativas para sanar crise

De acordo com a vice-diretora da maternidade de Janeiro Cicco, Sônia Barreto, além dos contatos com os governos estadual e municipal, muitos outros também vêm sendo tentados para evitar a carência de médicos. Uma pediatra do Cefet já foi cedida para a maternidade e ainda está se tentando a liberação de mais um especialista junto à Funasa. "Porém é muito pouco, não dá para suprir a falta da cooperativa", ressaltou. Normalmente, atendiam na unidade de 12 a 18 médicos cooperados por mês.

Eles recebiam um valor de R\$ 350 por plantão de 12 horas e quando o fim do último contrato, em novembro, aceitaram assinar um aditivo de dezembro a fevereiro, pelo qual receberiam R\$ 500 por plantão, até que houvesse uma nova negociação em março. No entanto, no meio de dezembro a cooperativa decidiu pela rescisão unilateral do contrato e anunciou o aviso prévio, que termina agora. Kleber Moraes afirmou que, nas negociações, os médicos

não propuseram novos valores e argumentaram que não estavam conseguindo fechar as escalas.

O diretor destacou que a maternidade entrou em contato com a Sociedade de Pediatria e aguarda uma resposta sobre a possibilidade de especialistas fecharem contratos individuais com a Maternidade Cicco. "Nossa grande preocupação é que as pessoas que nos procuram são pacientes do SUS e não podem pagar um hospital privado", lembrou, acrescentando que as demais unidades com leitos de UTI neonatal, como o Santa Catarina, também vivem lotadas.

Caso as negociações não surtam efeito, a direção não poderá manter o número mínimo de pediatras por plantão, que seriam de cinco a seis especialistas. "E isso já seria o mínimo do mínimo. Os 10 leitos da UTI mesmo, nós manteremos porque é o número máximo que um pediatra sozinho pode tomar conta", explica Kleber Moraes.

Leia mais na pág. 2

Via Costeira **NACIONAL**

O MELHOR NEGÓCIO DO BRASIL

IPI REDUZIDO

SPACEFOX 1.6 FLEX • 08/09

A PARTIR **R\$ 44.290**

AR • DIREÇÃO HIDRÁULICA • VIDRO ELÉTRICO • TRAVA ELÉTRICA • ALARME

POLO HATCH 1.6 FLEX • 08/09

A PARTIR **R\$ 43.290**

AR • DIREÇÃO HIDRÁULICA • VIDRO ELÉTRICO • TRAVA ELÉTRICA • ALARME

NOVO GOL O MAIS BARATO DO BRASIL

FLEX • 08/09

BÁSICO • 1.0 4 PORTAS

A PARTIR **R\$ 27.220**

PARATI 1.6 FLEX BÁSICO • 08/09

A PARTIR **R\$ 35.590**

MULTIMÍDIA • VIDRO ELÉTRICO • TRAVA ELÉTRICA • ALARME

SAVEIRO 1.6 FLEX BÁSICO 08/09

A PARTIR **R\$ 27.890**

Via Costeira **NACIONAL**

AV. ENGENHEIRO ROBERTO FREIRE 3087.1000 ABERTO DAS 8H ÀS 20H

AV. PRUDENTE DE MORAIS (AO LADO DO MACHADÃO) 4009.6161

www.viacosteiravw.com.br VISITE NOSSOS SITES www.nacionalvw.com.br

visite: www.SemiNovosOK.com.br ACANDIDO

Spacefox 1.6, ano 08/09, 1.6 Flex, 16V, 125CV, com ar-condicionado, direção hidráulica, vidro retrovisor externo e interno, ABS, 170km/h, com transmissão de 5ª e 6ª marchas, 18.900,00 por R\$ 44.290,00 com entrega de 0% à vista. Polo Hatch 1.6, ano 08/09, 1.6 Flex, 105CV, 160km/h, com ar-condicionado, direção hidráulica, vidro retrovisor externo e interno, ABS, 170km/h, com transmissão de 5ª e 6ª marchas, 18.900,00 por R\$ 43.290,00 com entrega de 0% à vista. Novo Gol 1.0, ano 08/09, 1.0 Flex, 60CV, 140km/h, com transmissão de 5ª e 6ª marchas, 18.900,00 por R\$ 27.220,00 com entrega de 0% à vista. Parati 1.6, ano 08/09, 1.6 Flex, 125CV, 170km/h, com transmissão de 5ª e 6ª marchas, 18.900,00 por R\$ 35.590,00 com entrega de 0% à vista. Saveiro 1.6, ano 08/09, 1.6 Flex, 125CV, 170km/h, com transmissão de 5ª e 6ª marchas, 18.900,00 por R\$ 27.890,00 com entrega de 0% à vista. Preço meramente ilustrativo. Não inclui impostos de consumo, frete e entrega. Oferta válida até 31/01/2009 em conjunto à rede nacional.

[CONT. PAG 1/SAÚDE] Dos 85 anestesistas convocados, apenas 27 compareceram ontem a uma reunião com o secretário de saúde. Quem não aparecer vai responder a um processo administrativo e pode resultar até em exoneração do quadro do Estado

Só 1/3 dos convocados se apresentam

JÚNIOR SANTOS

Apenas um terço dos anestesistas do quadro de servidores da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) compareceram, ontem à tarde, à reunião convocada pelo secretário George Antunes de Oliveira, oportunidade em que se chegou à constatação de que muitos profissionais não estão cumprindo a jornada de trabalho. "Nós vamos cobrar a carga horária", afirmou o secretário, ao fim do encontro com 27 dos 85 anestesistas convocados para o atendimento de emergência nos hospitais da Região Metropolitana de Natal.

George Antunes expôs ao anestesistas quais são as causas e os motivos pelos quais o governo decidiu convocá-los a colaborar com a diminuição da crise na saúde pública. Para quem não compareceu à reunião na Sesap, o secretário disse que será expedido uma notificação por escrito, através de memorando, informando onde o profissional deverá cumprir sua jornada

de trabalho: "A escala de plantão ficará a cargo de cada unidade".

Quem não atender à convocação do governo, segundo a Sesap, vai responder a um processo administrativo, que pode começar com uma advertência, podendo depois resultar em suspensão ou até a exoneração do quadro efetivo da saúde pública do Estado.

Mesmo com a presença de menos da metade dos anestesistas convocados, Oliveira considerou que "foi muito boa" a conversa com os médicos, admitindo que houve uma certa resistência inicial dos profissionais, "diante da expectativa que eles tinham de que o remanejamento seria para os hospitais privados", que possuem convênio com o SUS. Segundo ele, essa relutância foi quebrada depois que "eles perceberam que o remanejamento é interno". O presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Júnior, acompanhou a reunião e disse que apóia as medidas do governo, inclusive a contratação por tempo de-

terminado, temporária e individual de profissionais por um ano, até a realização de concurso público, "desde que esgotadas todas as providências já tomadas".

Mas Francisco Júnior também afirmou que o CNS se posiciona contra a terceirização dos serviços públicos de saúde, como é o caso da contratação de cooperativas, as quais, na sua opinião, vão de encontro aos direitos alienáveis dos trabalhadores, como férias, 13º salário e aposentadoria. "Será isso que eles querem, uma relação absoluta de precarização do trabalho", declarou ele.

Francisco Júnior disse ainda que a solução para a crise da saúde "passa pela gestão", porque o problema "não é de falta de pessoal". Ele acrescentou que alguns profissionais, durante a reunião, admitiram que não davam, por exemplo, as 12 horas ou seis horas de plantão, no cumprimento da jornada de 40 ou 20 horas semanais: "Eles disseram que não dão todos os plantões e ninguém se contrapôs".



Durante a reunião o secretário George Antunes explicou o motivo do governo não renovar os contratos

Município não atenderá eletivas

JOÃO MARIA ALVES

O secretário municipal de Saúde de Natal, Levi Jales, negou ontem que a prefeitura conte com anestesistas suficientes para atender parte da demanda reprimida das cirurgias eletivas que não vêm sendo realizadas pelo Estado, desde o encerramento do contrato da Secretaria Estadual (Sesap) com a cooperativa da especialidade, a Coopanst, dia 31 de dezembro. Ele também deixou claro que os 100 médicos que o município pretende contratar, de forma emergencial, até o final do mês, serão encaminhados para os postos de saúde e o pronto atendimentos.

No entender de Levi Jales, a responsabilidade pela crise na Saúde (Estado e município decretaram calamidade pública no setor) é de todos, porém a responsabilidade maior pelas cirurgias dos pacientes que aguardam na fila de espera (somente em Ortopedia eram 180 até ontem) é da Sesap. "Não estamos podendo encaminhar os pacientes para os hospitais (privados conveniados ao SUS) porque não há anestesistas, devido ao fim do contrato da Secretaria Esta-



Levi Jales diz que município não tem anestesistas

dual com a Sesap. Nós não tinhamos contrato com a Coopanst", reforçou.

Na rede municipal, há 14 anestesistas, mas todos teriam sua carga horária completamente ocupada e não haveria, pelo menos a princípio, condições de ceder-los ao Estado. Levi Jales res-

saltou que a contribuição da Secretaria Municipal de Saúde para a crise na rede estadual deve ser indireta, com a melhoria do atendimento nas unidades básicas, o que irá reduzir a demanda pelos hospitais. "Por isso, quanto antes colocarmos esses médicos que serão contratados na rede básica, melhor."

Até o final desta semana a SMS deve concluir o levantamento para saber quantos profissionais de cada especialidade devem ser necessários, para melhorar as condições na rede municipal (que atualmente conta com cerca de 450 médicos). Terminada essa etapa, deverá se iniciar o processo seletivo simplificado. Levi Jales acredita que até o final do mês os 100 médicos estejam contratados. Ele reconhece, porém, que pode vir a enfrentar dificuldades para contratar um número tão grande em tão pouco tempo.

"Faço uma solicitação a todos os profissionais, colegas de profissão, que se sensibilizem com a situação e participem do processo, porque nesse momento de crise temos de fazer um grande pacto em prol da saúde", defendeu o secretário.

Conselho critica atitude dos médicos

A presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), enfermeira Solane Costa, também presenciou a reunião dos anestesistas com o secretário de Saúde George Antunes, e acredita que uma questão pontual da crise da saúde, "é porque estão vendo mais as querelas individuais".

Solane Costa defende o fortalecimento do SUS e opina que a crise "teve esse desfecho", porque durante muito tempo "se aceitou a inconstitucionalidade". Ela considera "um absurdo" que não se cumpra a carga horária previsto no vínculo empregatício com o Estado, pois um profissional teria dito, ontem à tarde, que "era impossível cumprir a carga horária".

Já a partir das 14h30 de hoje o Conselho Municipal de Saúde (CMS) se reúne no antigo Hotel Ducal, para discutir o decreto de estado de calamidade pública, expedido pela prefeita Mícarla de Sousa, que será representada pela secretária municipal adjunta de Saúde, Lécya Gadelha. A promotora de Saúde, Elaine Cardoso confirmou que estará presente.



Missa de 30º dia
OTÁVIO LAMARTINE PAIVA
"PENINHA"

☆ 09/10/1940 † 13/12/2008

Lúcia (esposa), Áureo, MP Antonieta e Otávio Jr. (filhos), irmãos, cunhados e sobrinhos do estimado **OTÁVIO**, convidam demais familiares e amigos para a missa de 30º dia, que será celebrada em sua intenção no próximo dia 13, terça-feira, às 18:30 hs, na Capela São Judas Tadeu.

Os familiares, sensibilizados, agradecem antecipadamente aos que compartilharão deste ato de fé.

JOÃO MAURÍCIO DE MAGALHÃES WANDERLEY



☆ 05.07.1943 † 07.01.2009
MISSA DE 7º DIA

Dailia de Magalhães Wanderley convida parentes e amigos para participarem da missa de 7º dia de falecimento do seu sobrinho **JOÃO MAURÍCIO DE MAGALHÃES WANDERLEY**, que será celebrada

no dia 14.01.2009 (quarta-feira), às 17h30, na Igreja Santa Terezinha – Tirol.

Antecipadamente agradece a todos que comparecerem a este ato de fé cristã.

MAURY SABOYA DE ALMEIDA CASTRO

Missa de 1 ano de falecimento

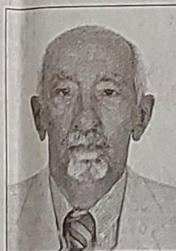
Os familiares de **MAURY SABOYA DE ALMEIDA CASTRO**, convidam parentes e amigos para participarem da missa de 1 ano do seu falecimento, que será celebrada hoje, dia 13.01.2009 (terça-feira), às 17h30, na Igreja de Santa Terezinha, Rua Rodrigues Alves – Petrópolis.

Antecipadamente agradecem a todos que comparecerem a este ato de fé cristã.

JOSÉ BORGES MONTENEGRO

☆ 28.05.1925 † 13.01.2008

Missa de 1º aniversário de falecimento



A família de **JOSÉ BORGES MONTENEGRO** convida parentes e amigos para participarem da missa de 1º aniversário de seu falecimento, que será celebrada hoje, dia 13.01.2009 (terça-feira), às 18h30, na Capela Nossa Senhora Rainha da Paz e Santa Luzia, na Praça Augusto Leite – Tirol. Desde já, agradece a quantos comparecerem a esse ato de fé cristã.

Grave no Luiz Antônio são mais de mil pacientes sem atendimento e no Walfredo quase 200

Estado fica sem cirurgias

PATRICIA BRITTO
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

Enquanto a crise sanitária pública estadual não é resolvida, as filas de pacientes que aguardam por urgentes crescem a cada dia. No Hospital Walfredo Gurgel já são 130 pacientes que aguardam e no Hospital Doutor Luiz Antônio o número chega a quase mil. Os procedimentos cirúrgicos estão sendo realizados apenas de acordo com a demanda de urgência, deixando em fila de espera milhares de pacientes. No Hospital Dr. Luiz Antônio já são quase mil pacientes que aguardam pelas cirurgias, que não podem ser realizadas, já que todos os anestesiastes que

atendiam ao Hospital eram contratados por meio da cooperativa, cujo contrato não foi renovado pela Secretaria Estadual de Saúde.

De acordo com informações da Unidade de Gerenciamento de Lagos (UGV) do Hospital Walfredo Gurgel, do total de 130 pacientes na fila da cirurgia ortopédica, 20 são idosos e 17 crianças e adolescentes. As cirurgias são reguladas pelo município de Natal e realizadas nos hospitais Irmã Memória e Médico Cirúrgico, mas os anestesiastes são contratados pelo Estado. Uma fonte da UGV explica que o município está esperando que os hospitais liberem as vagas no sistema, mas eles só poderão liberar as vagas quando os anestesiastes voltarem.

Com tantos pacientes aguardando pela cirurgia, os corredores do Hospital Walfredo Gurgel estavam lotados na manhã de ontem. A reportagem do Diá-



AGONIA 1 - O filho de Josenildo, Tales Cleiton Ferreira da Silva, 17, fraturou a perna quando jogava bola na tarde de quinta-feira e desde então aguarda a cirurgia no corredor do Walfredo Gurgel.

Prejudicados no Luiz Antônio chegam a mil

Segundo informou o superintendente do hospital Luiz Antônio, Luciano Luiz, o número de pacientes prejudicados pela falta dos anestesiastes é ainda maior, porque além das cerca de 350 cirurgias que estão deixando de ser feitas por mês, também há 30 biópsias de próstata e algumas

tomografias infantis que também precisam de anestesia, aguardando a solução do problema. Por isso, o superintendente admite que a quantidade de pacientes prejudicados já passa de mil.

Luciano Luiz informou que a taxa de espera para uma consulta mensal também foi reduzida para 300, em consequência do impedimento de realização de cirurgias. Os pacientes que aguardam os procedimentos têm câncer de tipo variado, mas principalmente de pele, mama, colo de útero e próstata.

O superintendente informou ainda que está aguardando ações por parte do governo para solucionar a crise. "Na hora em que tiver pelo menos um anestesiasta, a gente já consegue operar", disse ele. Entretanto, até o momento o superintendente do Hospital não foi informado sobre as providências que serão tomadas, nem quando o problema será solucionado.

cartão diário
O amigo diário do seu bolso.

Atendimento ao Cliente **Cartão Diário**:
E-mail: cartao diario@diariodenatal.com.br
SAC: 4009-0220 (Capital / Interior)

SHAOLIN
AGITE IMPACIÊNCIAS!

ou
Zé Lezin

LIGUE HOJE PARA O NÚMERO 3620-2525, DE 09H AS 11H, INFORME O SEU CÓDIGO DE ASSINANTE E CONCORRA A 05 PARES DE INGRESSOS PARA O SHOW DE SHAOLIN NO DIA 15 DE JANEIRO OU ZÉ LEZIN NO DIA 21 DE JANEIRO

SORTEADOS PROMOÇÃO DIA 06/01/2009

06 PARES DE CONVITES PARA HIRAN DELMAR O COXINHA

1. Aluizio Matias dos Santos - Amarante
2. José da Silva Freire - Neópolis
3. Maria Jesuina Soares Wanderley - Nova Descoberta
4. Nelson de Albuquerque - Lagoa Nova
5. Rivaldo Oliveira - Petrópolis
6. Sergio Badiali - Nova Descoberta

OBS.: Os convites já foram entregues.

De Memorabilia da Câmara Associação
No período de validade do cartão, poderá participar das promoções desde que apresente uma autorização da empresa na entrega do cartão.

De participantes em nome das empresas assinantes do jornal, poderão participar das promoções desde que apresentem uma autorização da empresa na entrega do cartão.

George Antunes culpa rede municipal

Sobre as filas de espera nos hospitais por uma cirurgia, o secretário estadual de Saúde George Antunes, disse que parte do problema liegt da linha de comando da Sesaep e não de responsabilidade exclusiva da gestão municipal. Porém, para amenizar o caos vivenciado nos últimos dias, estruturas estão sendo montadas em Parauapebas e Macaíba.

Ele ressaltou que quem contrata, mantém e oferece os serviços para a população na área de cirurgias eletivas é a Prefeitura. "Um exemplo é o papel do Hospital Walfredo Gurgel na área da ortopedia. O hospital presta o primeiro atendimento, faz a cirurgia que for de emergência, estabiliza o paciente e encaminhá-lo para um hospital privado, onde uma segunda cirurgia é agendada".

"Essa segunda cirurgia do segundo momento passa a ser do município. Então, o convênio do Hospital Memorial, do Irmã e do Médico Cirúrgico é com a Prefeitura. Os recursos financeiros estão na Secretaria Municipal de Saúde", acrescentou.



AGONIA 2 - A agricultora Ilza Ferreira do Nascimento, salu de Pureza para Natal levando o filho de dois anos, para passar por uma cirurgia de fimose no Maria Alice, marcada desde novembro. Voltou decepcionada para Pureza sem a realização do procedimento já agendado.

Paralelamente, o Antunes afirmou ter encaminhado um ofício para o secretário municipal para colher mais informações a respeito "dos planos que eles estão adotando para resolver o problema das filas das cirurgias eletivas".

Sobre o hospital Luiz Antônio, disse que o acúmulo de pessoas não atendidas já é "antigo", não foi gerado pela atual crise. "O acúmulo é fruto da pactuação com as prefeituras do interior para que as cirurgias possam ser feitas na capital. Obviamente que a situação piorou com a falta dos anestesiastes".

Uma escala de obstetrícia será montada em Macaíba para diminuir o problema de superlotação da maternidade do Hospital Santa Catarina, que sofre com a falta de leitos da maternidade. Já em janeiro, de onde as parturientes são encaminhadas.

Crianças voltam para casa sem cirurgia

No Hospital Maria Alice Fernandes, desde o dia primeiro de janeiro está sem cirurgias pediátricas, os pacientes estão voltando para casa sem previsão de quando passarão pela cirurgia. Segundo a diretora do Hospital, Lana Brasil, havia informado que os casos cirúrgicos estavam sendo encaminhados para o Hospital Walfredo Gurgel. Entretanto, quando a reportagem do Diário de Natal esteve ontem no local, encontrou pacientes voltando para casa sem encaminhamentos ou previsões de remarcação das cirurgias.

Foi o caso da agricultora Ilza Ferreira do Nascimento, de dois anos, para passar por uma cirurgia de fimose, marcada desde novembro. Quando informada sobre a impossibilidade de o filho ser cirurgiado, Ilza ficou decepcionada e disse que iria voltar para casa, esperar que o Hospital volta a ter cirurgias pediátricas.

"Faz tempo que eu luto para conseguir essa cirurgia. Primeiro fui no Hospital Varella Santiago. Lá eles me encaminharam para o Maria Alice Fernandes. Aqui marcaram a cirurgia só para janeiro", conta a mãe, que teve despesas de taxi para se locomover de Pureza até Natal.

O diretor administrativo do Hospi-

tal Maria Alice Fernandes, José Antônio Barcellos, informou que o caso de Igleison não foi encaminhado para outro hospital por se tratar de uma cirurgia eletiva. "As cirurgias eletivas estão suspensas", afirmou. O diretor explicou que apenas as cirurgias de urgência estão sendo encaminhadas para outros hospitais. Segundo Barcellos, o procedimento estava marcado porque em novembro ainda não se havia atentado para a possibilidade do fim dos contratos com a firma que prestava serviços de cirurgia pediátrica. "Desde dezembro, quando atentamos para essa possibilidade, resolvemos não marcar mais cirurgias para janeiro", informou.

O contrato com a firma Cipep (Cirurgia Pediátrica de Natal Ltda), que prestava serviços para o Hospital Maria Alice Fernandes há sete anos, não foi renovado e não foi renovado pela Secretaria Estadual de Saúde. Nove profissionais realizam as cirurgias pediátricas no Hospital Maria Alice Fernandes por intermédio da firma. Desde então, não há cirurgias pediátricas no hospital. Segundo a direção do hospital, os casos graves são encaminhados para o Hospital Walfredo Gurgel. Entretanto, para os recém-nascidos que precisam passar por cirurgia neonatal, não há outro hospital do Estado que realize o procedimento.

FALTA DE MÉDICOS

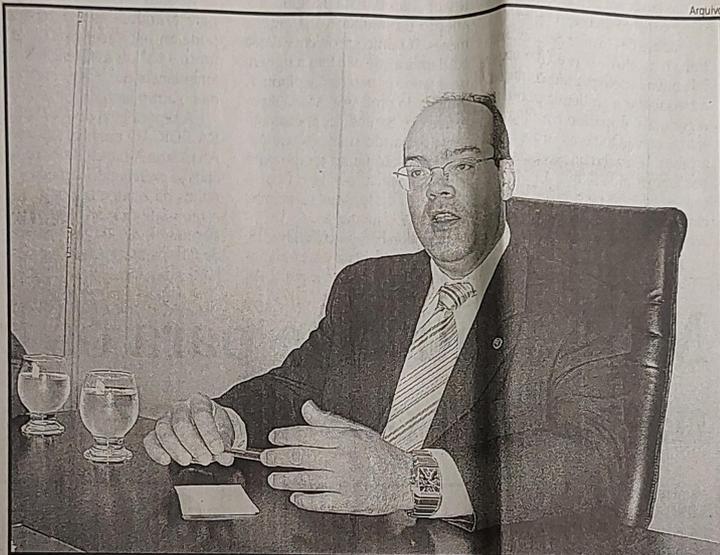
Secretário estadual da Saúde, George Antunes, espera definição do quadro de calamidade em até 20 dias

MP alega que medidas emergenciais já surtem efeito

Embora o Ministério Público não descarte a possibilidade de, em caráter excepcional, firmar novo contrato de forma temporária com as cooperativas médicas do RN para tentar sanar os prejuízos causados à população em decorrência do estado de calamidade pública na saúde estadual, o procurador geral de Justiça, José Augusto Peres, prefere acreditar que as medidas emergenciais decretadas pela governadora Wilma (ver quadro) surtem os efeitos desejados.

Na manhã de ontem, Peres voltou a se reunir com o titular George Antunes e auxiliares técnicos da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), mais o controlador geral do Estado, Jorge Galvão. Nesse encontro, o procurador relatou que foi feita uma nova avaliação na situação da crise da saúde pública estadual. "A proposta agora é avançar na busca de uma solução definitiva, sem que o MP ou o Estado façam uma nova renovação de contrato com os médicos cooperados. Estamos encontrando resultados positivos e confiamos nas medidas adotadas pela governadora", ressaltou.

Por telefone, o secretário estadual de Saúde, George Antunes, afirmou que a situação da crise



Procurador geral de Justiça, José Augusto Peres: proposta, agora, é buscar uma solução definitiva

hoje está em duas vertentes: o que está sob controle e o que ainda está deficiente. "Quanto ao atendimento de urgência nos hospitais Walfredo Gurgel, Santa Catarina, Gizeida Trigueiro e Dr. Deoclécio Marques de Lucena (em Pamami-

rim), por exemplo, a situação já está sob controle", garantiu, reforçando que no caso específico das cirurgias eletivas, que são de responsabilidade dos municípios, o atendimento à população ainda está deficitário. "Precisamos de um

esforço maior dos gestores para que eles dotem as redes municipais para esse tipo de necessidade", frisou. Para resolver esse problema, o secretário disse que os hospitais da rede estadual estão recebendo pacientes para essas cirurgias agen-

dadas, e que mesmo após o final do estado de calamidade, a rede permanecerá atendendo esses tipos de cirurgia para auxiliar na demanda dos municípios.

Apesar de ainda não anunciar prazo para o final da crise na saúde, George Antunes acredita que, no máximo, em 20 dias, o Go-

verno já terá um quadro definido quanto a real situação de calamidade pública.

No entanto, conforme foi anunciado pelo Secretário de Comunicação, Rubens Lemos Filho, "quando o assunto é a saúde da população, a governadora espera uma solução para ontem".

MEDIDAS EMERGENCIAIS ADOTADAS HÁ UMA SEMANA

- 1) Nomeação em caráter emergencial de 131 profissionais em seis especialidades médicas consideradas críticas pela falta de pessoal na rede pública de saúde, sendo 31 anestesistas, 39 cirurgias gerais, 17 ortopedistas, 23 pediatras, 18 intensivistas para tratamento de adultos e 3 de infantil.
- 2) Ampliação do número total de convocados, de 792 para 853, de modo a reduzir o déficit de médicos nas áreas de anestesia, cirurgia geral, ortopedia e pediatria.
- 3) Desburocratização do processo de convocação, nomeação nos aprovados no último concurso da saúde.
- 4) Envio dos médicos aprovados para os hospitais estaduais Walfredo Gurgel, Maria Alice Fernandes, Dr. Deoclécio Marques de Lucena (Pamamirim) e Hospital Estadual José Bezerra.
- 5) Licitação para um novo concurso público que será aberto para o preenchimento de vagas em áreas que não foram supridas no concurso anterior, como neurocirurgia e psiquiatria.
- 6) Reforço na rede hospitalar com anestesistas das Forças Armadas (Exército e Marinha), que vão atender pacientes do SUS encaminhados para o Hospital do Coração, conforme distribuição dos pacientes feitas pelo Hospital Walfredo Gurgel.
- 7) Apoio dos hospitais privados contratados em Natal e em Mossoró, além de leitos de clínica médica nas unidades da rede estadual na região metropolitana e suporte do Hospital da Polícia Militar para a realização de cirurgias em pacientes do Walfredo Gurgel.

[SAÚDE] Na avaliação da Secretaria Estadual de Saúde, o atendimento à população que procura a rede estadual está sendo feito. A fila da espera por cirurgias, no entanto, é longa. A responsabilidade do Estado e sim do município

Medidas começam a surtir efeito

As medidas emergenciais tomadas pela Secretaria Estadual de Saúde (Sesap) diante da crise no setor hospitalar "estão apresentando resultados". A afirmação é do secretário estadual de saúde, George Antunes. O secretário discorreu que a crise era anunciada, já que havia expectativa de poder renovar os contratos com as cooperativas até conformar a situação. Mas afirmou que, mesmo assim, apesar de algumas medidas levarem tempo para surtir efeito por terem sido tomadas de forma emergencial, "os pacientes que estão chegando nos hospitais da rede estadual de saúde estão sendo atendidos".

O secretário reconheceu que ainda há pacientes na lista de espera, mas justificou que é uma demanda que deveria ser atendida pela rede municipal de saúde. "Esses acumulados de pacientes que vem sendo noticiado são de cirurgias eletivas. As secretarias municipais é que precisam ter mais agilidade. Elas estão impossibilitadas porque antes o Estado bancava a anestesia", justificou.

De acordo com os dados da Unidade de Gerenciamento de Vagas e Leitos (UGV) do Hospital Walfredo Gurgel, há 172 pacientes à espera de cirurgias na área de ortopedia. Desses pacientes 35 estão no HWG (a maioria do interior do Estado), e o restante está aguardando na própria residência. A assessora de imprensa confirmou que "não há lista de espera para pacientes de alta e média complexidade", que seria de responsabilidade do Estado.

Parte da demanda não atendida pelos hospitais da rede estadual, está sendo encaminhada para dois hospitais da rede privada



George Antunes afirma que o Estado está cumprindo com o dever e garantindo o atendimento

Diante da crise, Secretaria de Saúde intensifica auditorias

contratados pela Sesap; o Hospital do Coração e o Natal Hospital Center. De acordo com a gerente de enfermagem daquela unidade, Suerda Menezes, afirmou que 20 pacientes forma atendidos pelo Hospital do Coração desde o dia 02 de janeiro, principalmente na área de alta complexidade. "São pacientes do Deoclécio Marques, do Tarcísio Maia e do Walfredo Gurgel. Nós temos atendimento prontamente", explicou Suerda Menezes. Para tentar minimizar o déficit de médicos decorrente do fim do contrato com as cooperativas, o secretário estadual de saúde suspendeu férias de alguns profissionais e remanejou outros de áreas menos críticas para áreas de maior demanda.

A TRIBUNA DO NORTE tentou entrar em contato com Levi Jales, mas não obteve retorno.

Diante da crise na saúde pública, intensificada pelo fim dos contratos entre as cooperativas de médicos e anestesiológicas (de Sesap, os procedimentos de auditoria foram intensificados nos hospitais da capital natalense.

"Nosso objetivo é fazer a fila andar, com um atendimento positivo e satisfatório", explicou a coordenadora Simone Amaral, que conta com uma equipe multidisciplinar de 23 profissionais.

A auditoria, segundo Simone, faz o acompanhamento de tudo o que é processado para ser pago com verbas estadual e federal. "A gente acompanha o tratamento, as prescrições, ou seja, tudo o que

é protocolado. Apesar do foco ser numérico (registrar a quantidade de procedimentos), estamos buscando garantir a qualidade do atendimento", justificou a coordenadora.

Apesar de esclarecer que a equipe de auditoria não tem função de intervenção na ordem de atendimento, Simone Amaral destacou que o trabalho tem ajudado no "andamento" do serviço. "Não temos acesso à lista de espera, sabemos das cirurgias que estão sendo realizadas. Mas acontece, por exemplo, de um atendimento parar por pequeno problema burocrático que a gente tem conseguido resolver".

MS vai dar apoio técnico a Sesap e SMS

Resolução lista pontos prioritários

As secretarias Estadual e Municipal de Saúde vão receber um apoio técnico do Ministério da Saúde para ajudar na enfrentamento da crise da rede pública hospitalar. A expectativa é de que, ainda hoje, um dos técnicos chegue a Natal para fazer um relatório inicial para identificar quais as áreas do MS precisam compor a equipe que chegaria na cidade até a próxima segunda-feira (19).

De acordo com o secretário estadual de saúde, George Antunes, será realizada uma avaliação de toda parte assistencial no Estado, identificando os gargalos, as oportunidades e esclarecendo quais as atividades são exclusivamente do estado, do município e como podem trabalhar conjuntamente. "A solicitação da visita foi feita pelo Estado para que tenhamos uma avaliação da situação como todo. Até porque a responsabilidade pela saúde é solidária entre os três entes, Estado, Município e União, apesar de cada um ter suas atribuições mais específicas", justificou George Antunes.

Além disso, o Governo contratou uma consultoria para "avaliar os procedimentos" na Sesap, a ser realizada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial (INDG). A primeira reunião ocorreu ontem, e a expectativa é de que os trabalhos iniciem dentro de 20 dias. A ideia é que, posteriormente, o serviço seja estendido para outras secretarias.

Resolução do Conselho Municipal de Saúde (CMS) lista 11 pontos para melhorar o atendimento à população por parte da Prefeitura de Natal, posicionando-se, inicialmente, contra a contratação de profissionais através de cooperativas médicas.

O Conselho delibera que para suprir as necessidades de recursos humanos, as contratações devem ser feitas em caráter individual, por tempo determinado, desde que atreladas à realização de concurso público.

Como presidente do CMS, Marcelo Dantas informa que a sua posição "nunca foi de aprovação à decretação do estado de calamidade pública", visto que o problema na saúde pública "é crônico e não eventual". Para ele, várias medidas que são necessárias hoje, "não necessitariam da decretação de calamidade" na área de saúde do município.

Ele informa que a próxima reunião do CMS está prevista para o dia 28, mas pode haver uma convocação extraordinária a qualquer momento. Já amanhã à tarde haverá um ato público do Fórum Estadual em Defesa da Saúde Pública, no calçadão da rua João Pessoa, centro, contra a privatização da saúde através de cooperativas médicas. Outros pontos da resolução do CMS trata da revisão de contratos vigentes, assegurando que todas as cirurgias sejam de responsabilidade do hospital contratado.



Teresinha Silva tentou pela terceira vez marcar uma cirurgia

Marcação online não funciona por falta de internet

A chefe do Departamento de Gestão e Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, Ana Teresa Mota, admite que um dos entraves para a marcação online de cirurgias eletivas, por exemplo, é a falta de acessos aos serviços de internet nas unidades de saúde do município, que, em sua maioria, não contam sequer com um computador.

Desse jeito, segundo ela, a Central de Regulação da SMS "não interage com nenhuma unidade de ponta", como na unidade de saúde da Cidade da Esperança, onde ela disse que "não existe sequer um raio x".

Ela ainda expôs que o Departamento de Gestão e Regulação teve dificuldades para encontrar um computador, "já que não podemos ficar 24 horas sem contato com o Ministério da Saúde".

Ana Teresa Mota prestou essas informações durante a reunião do Conselho Municipal de Saúde, realizada na tarde de ontem, quando também disse que em muitos postos de saúde falta um "tê-água de reserva" para suprir os momentos de interrupção de sua distribuição pela Caern.

Segundo ela, a situação da saúde pública no município também peca pelos excessos, como foi o caso de ter encontrado três aparelhos de autoclave (equipamentos de esterilização), que estão sem funcionar "porque não tem quem opere". Na opinião dela, ao invés de ter adquirido três autoclaves grandes, a SMS poderia ter adquirido um aparelho de menor tamanho que pudesse entrar em operação.

A presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Natal (Sin-senat), Soraia Godeiro, entende que o diagnóstico no âmbito da saúde municipal já existe e que até agora a decretação de calamidade pública não teve nenhum impacto no atendimento.

Pacientes com câncer ficam sem alternativas

Os pacientes com câncer que precisam ser submetidos a cirurgias pelo SUS estão sem alternativa diante da suspensão desses procedimentos no Hospital Dr. Luiz Antônio, unidade da Liga Norte-Rio-Grandense Contra o Câncer, e no Hospital Infantil Varela Santiago. As duas unidades, que juntas realizavam cerca de 500 cirurgias por mês, tinham cirurgiões e anestesistas "custeados" pelo Estado. A paralisação surpreende tanto as pessoas que já tinham cirurgias marcadas, quanto as que ainda estão na expectativa de conseguir uma vaga.

"A gente gasta dinheiro com condução e ainda piora da saúde. Com esse transtorno, a doença vai crescendo cada dia um pouquinho mais. Além disso, os exames perdem a validade", lamentou a aposentada Teresinha Silva de Barros. Com todos exames em mãos, a aposentada foi ao hospital da Liga na manhã de ontem, pela terceira vez, marcar a cirurgia que é adiada desde o fi-

Com esse problema a doença vai crescendo cada dia um pouquinho mais. Até os exames perdem a validade"

TERESINHA DA SILVA paciente

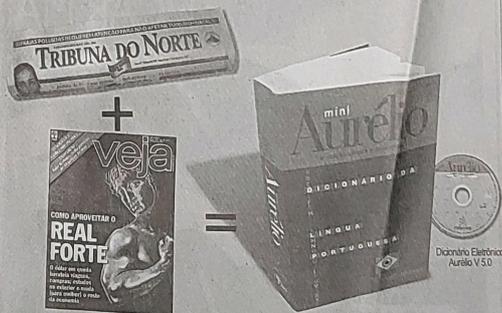
nal do ano passado. Informada sobre a paralisação dos médicos, dona Teresinha voltou para casa sem previsão para atendimento.

O problema se estende também aos pacientes do interior do Estado que acabam "perdendo a viagem". "Eu fiquei sabendo da paralisação e já não trouxe os pacientes, até porque são mais de 500 quilômetros de viagem. Mas tem muita prefeitura desavisada que tá trazendo o pessoal pra cá", contou um funcionário de uma prefeitura do interior do Estado, que preferiu não se identificar.

Assine a Tribuna + Veja e receba GRÁTIS um Miniaurélio.*

PROMOÇÃO POR TEMPO LIMITADO

Com apenas R\$ 46,50 mensais, você garante em sua casa o melhor jornal do Estado, a melhor revista do país e o Miniaurélio, o dicionário mais utilizado no Brasil.



TRIBUNA DO NORTE (TERÇAS A DOMINGOS) + VEJA (51 EDIÇÕES) POR 1 ANO

Valor nas Bancas R\$ 908,40 Valor das assinaturas nesta promoção R\$ 558,00 em 12X R\$ 46,50

ECONOMIA DE 39%

Assinatura anual da Veja com 51 edições e da Tribuna do Norte, com edições de terças a domingos, por 1 ano. Valores a serem pagos por 1 ano, em débito em conta corrente (Bradesco ou BB) ou cartão de crédito.

CONTEÚDO MINIAURÉLIO 6ª EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

- Minimetodologia + Grupos Indígenas no Brasil
- Resumo Gramatical + Possibilidades de Conjugação
- Poemas/Pátrios/Moedas - 30.000 Verbetes
- Acompanha 2 mini CD com versão eletrônica



Abril



ASSINE JÁ: LIGUE: 4006.6111

TRIBUNA DO NORTE

*Promoção válida para novas assinaturas da Veja + Tribuna. O dicionário será enviado pela Ed. Abril até 30 dias após o recebimento da 1ª edição da Veja.

MEMÓRIA LIVRO NARRA MORTE DE POTIGUAR EM NAVIO DE GUERRA BOMBARDEADO
MUITO, CAPA

QUARTA
FEIRA

MUNICÍPIOS PREFEITURA DE MONTANHA VAI TER UM CALENDÁRIO CULTURAL
CIDADES, 6

NATAL, 14 DE JANEIRO DE 2009

FUNDADOR: ASSIS CHATEAUBRIAND
ANO LXIX - NÚMERO 2538

NESTA EDIÇÃO

OPINIÃO	2
POLÍTICA	3
BRASIL	4
GERAL	5 E 6
CIDADES	1, 2 E 4
ECONOMIA	3
EDUCAÇÃO	5
MUNICÍPIOS	6
ESPORTES	7 E 8
MUITO	1 A 4
CLASSIFICADOS	6 PAGINAS
TOTAL	24 PAGINAS

R\$ 1,50

DIÁRIO DE NATAL



RODA VIVA

Reviravolta na
disputa pelo Senado
pode minar chances
de Garibaldi Filho

OPINIÃO, 2

EDITORIAL

E esse aeroporto
que não decola

Walfredo tem quase 200 na fila para as cirurgias

CERCA DE 190 PACIENTES ESTÃO À ESPERA DE CIRURGIAS ORTOPÉDICAS, DOS QUAIS 20 IDOSOS E 17 CRIANÇAS E ADOLESCENTES; NO HOSPITAL LUIZ ANTÔNIO, ENTRE EXAMES E CIRURGIAS, MIL PACIENTES AGUARDAM

Fotos: Joana Lima/DN

Editor Assistente
João Ricardo Correia

Repórteres
Alisson Almeida
Anderson Barbosa Isaac Lira
Roberta Trindade Sara Vasconcelos

Cidade

joaricardocorreia@yahoo.com.br



POLÍCIA CIVIL Os nomes mais cotados para assumir a Delegacia Geral de Polícia Civil (Degepol), no lugar do delegado Ben-Hur Cirino de Medeiros, segundo fontes colhidas por este matutino são, Elias Nobre de Almeida, Maria do Carmo Alves Macedo (foto) e Alberico José Norberto. **Página 8**

PATROCINADORES Médicos querem que pacientes sem atendimento entrem com processos contra o governo

José Delgado é contratado para ações contra o Governo

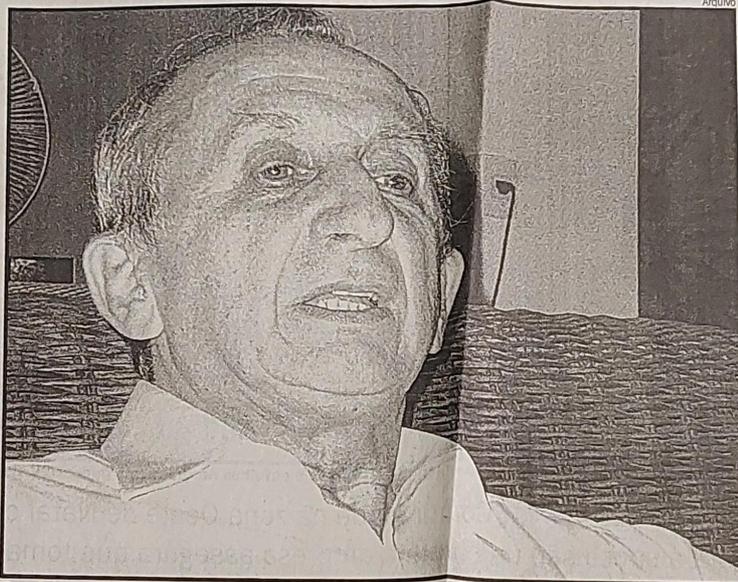
Isaac Lira

journalista.isaacira@gmail.com

A Associação Médica e o Sindicato dos Médicos estão conclamando a população a se unir contra o caos na saúde e o fim do contrato do governo do Estado com as cooperativas. Para isso, contrataram o escritório de advocacia comandado pelo ex-ministro José Delgado para ajuizar Ações Cíveis Públicas que obriguem o Estado a atender os pacientes prejudicados com a falta de médicos nos hospitais públicos. Caso as ações sejam acatadas, o Governo será obrigado a tratar desses pacientes.

Segundo Geraldo Ferreira, presidente do Sinmed, 12 famílias já foram encaminhadas para o escritório de José Delgado para que os processos sejam iniciados. Geraldo acrescentou que todos os pacientes que não tenham sido atendidos por conta do caos na saúde podem procurar a Associação Médica, na avenida Hermes da Fonseca, número 1396. Os custos do processo ficam por conta das instituições médicas.

O processo de Ação Civil Pública ainda pode render reparação financeira por danos morais. "A nossa missão, enquanto médicos, é tentar prover assistência à saúde da população, por qualquer meio



Ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, José Delgado, comandará ações contra o governo do RN

possível", diz Álvaro Barros, presidente da Associação Médica.

Ao mesmo tempo, o ex-ministro José Delgado está elaborando um parecer para analisar e confir-

mar a legalidade dos contratos das cooperativas com o governo do Estado e permitir a continuidade dos mesmos. "As ações visam responsabilizar o Governo pela omis-

são quanto ao atendimento dessas pessoas, como também pelas possíveis seqüelas e risco de morte. É uma completa falta de responsabilidade da Secretaria de Saúde",

disse Geraldo Ferreira. O prazo para que tudo seja analisado e devidamente encaminhado é de 10 dias.

Os processos patrocinados pelas entidades médicas são direcionados principalmente para os pacientes que, a exemplo do que acontece no setor de ortopedia do Walfredo Gurgel, onde mais de 200 pacientes esperam atendimento, os usuários do Sistema Único de Saúde tiveram que voltar da porta para casa, sem receber o merecido atendimento e ainda doentes, enquanto que outros permanecem no Hospital, correndo o risco de contrair infecção. A situação perdura porque, de acordo com Geraldo Ferreira, não há nem especialistas em ortopedia e nem anestesistas para realizar as possíveis cirurgias necessárias.

A separação entre os que ficam e os que vão é praticamente nazista, segundo Geraldo. Aqueles que tenham problemas de mobilidade acabam ficando no Hospital e os que têm "apenas" fraturas em membros superiores voltam pra casa. "Há pacientes que simplesmente voltam para casa ainda com membros fraturados. Os hospitais privados já não tem condições de receber essas pessoas, que estão à mingua pela falta de respeito do governo", diz Geraldo Ferreira.



Sônia Godeiros aponta falhas

HOJE DE MANHÃ

Atraso nas gratificações gera protesto em Parnamirim

O Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Rio Grande do Norte (Sindsaúde) realiza na manhã de hoje, às 9 horas, em frente ao Hospital Regional Dr. Deoclécio Marques, em Parnamirim, protesto contra o atraso no pagamento das gratificações de produtividade.

"Por causa do plano de municipalidade, os recursos chegam primeiro aos cofres da Pre-

DERRUBADA DO MACHADÃO

Enquete mostra que natalenses não gostaram da idéia de demolir o estádio

Notícias que os outros só publicarão amanhã

O JORNAL DE HOJE



Quinta-feira

Ano XII - Nº 3.345 • Natal, 15 de Janeiro de 2009 • R\$ 1,25 • www.jornaldehoje.com.br



Walter Gomes

Página 4

Projeto da reeleição de Garibaldi à presidência do Senado foi barbearagem política.



Marcos A. de Sá

Página 7

Sócios ingleses da Ecocil participam de 1ª reunião do seu Conselho de Administração.



Alex Medeiros

Página 10

Jornalista propõe oceanário, museu e entretenimento para atrair turistas na Copa 2014.



Vicente Serejo

Página 11

Mantida a vinculação, não será fácil para Garibaldi ficar na chapa de Rosalba.



Daniela Freire

INTERINA
ELAINE VLÁDIA
Página 12

Cotado para adjunto de Turismo, Murilo Felinto deve ficar de fora da equipe de Mícarla.

INDICADORES

Dólar comercial R\$ 2,37

> ESPERANÇA

Ministério manda grupo a Natal para reordenar o sistema público de saúde

MS AFIRMA QUE "SERÁ POSSÍVEL SENTIR OS EFEITOS EM POUCOS MESES"



Representante do Ministério da Saúde, Henrique Vitalino já está em Natal, tomando conhecimento da situação, e considera que se trata de uma crise de "organização de rede" e não simplesmente de falta de recursos humanos ou problemas com especialidades médicas. Já o grupo-tarefa chega na próxima semana para passar três dias na capital. O trabalho de re-engenharia do sistema não tem previsão de término e o grupo voltará quando for necessário.

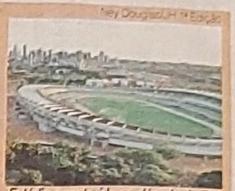
CIDADE 5

JANUÁRIO CICCO

Com o número de leitos já reduzido, direção aguarda solução da Sesap

Unidade de Terapia Intensiva da maior maternidade do Estado passa a contar, a partir de amanhã, com apenas dois neonatologistas e um residente.

CIDADE 5



Estádio construído na década de 70

COPA 2014

Ex-prefeito de Parnamirim e de Natal, Agnelo Alves classifica de "desperdício de dinheiro" a possível demolição do Machadão. Projeto do Governo é construir um complexo esportivo/turístico na área.

POLÍTICA 3



Crispiniano Neto avalia situação

ENTREVISTA

Crispiniano diz que, hoje, o RN está dividido entre o bloco político de Wilma com o PT e o bloco conservador liderado pelo senador José Agripino, do DEM.

POLÍTICA 3





Nay Douglas

Buraqueira prejudica as Rocas

CIDADE, PÁGINA 6

JJA

Primeira Edição

A VERDADE AO ALCANCE DE TODOS

Colégio Prince
www.colgio prince.com.br

MATRÍCULAS ABERTAS
Berçário, Educação Infantil e Ensino Fundamental

3642.2758
R. Industrial João Mota, 1497 - Capim Maciço

A AMAZON MOTOS CHEGA A NATAL.
Tecnologia oriental com um sorriso bem brasileiro.

AMAZON MOTOS

Visite nossa loja e conheça as nossas ofertas.

Avenida Bernardo Vieira, 570.
Fone 3653.2838

Lojão das Peças
Autopartes multibrasileiras

Peça que a gente tem!

Telepeças: 3615-1000

Peças e serviços para veículos nacionais e importados, estacionamento e reboque.

Rua Pres. José Bento, 459 - Alecrim

Divulgação

PACIENTES SEM ATENDIMENTO

Médicos contratam ex-ministro do STJ para ações contra Estado



Heracles Dantas

José Delgado foi contratado pela Associação e Sindicato dos Médicos, para ajuizar as ações

A Associação Médica e o Sindicato dos Médicos contrataram o escritório de advocacia comandado pelo ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, José Delgado, para mover Ações Cíveis Públicas que obriguem o Estado a assistir os pacientes prejudicados com a falta de médicos nos hospitais públicos.

As entidades conclamam a população a se unir contra o caos na saúde e o fim do contrato do Governo do Estado com

as cooperativas.

O presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, disse que 12 famílias já foram encaminhadas ao escritório para que os processos sejam iniciados. O sindicalista disse que todos os pacientes que não tenham sido atendidos por conta do caos na saúde podem procurar a Associação Médica, na avenida Hermes da Fonseca, número 1396. Os custos do processo ficarão por conta das instituições médicas.

CIDADE, PÁGINA 5

Turista paulista é atacada por ladrões

GERAL, PÁGINA 8

REDUÇÃO MATERNIDADE TRABALHA SOMENTE COM 10 DOS 22 LEITOS DE UTI

Kléber Moraes recusa nova proposta de neonatologistas

O diretor geral da Maternidade Escola Januário Cicco, Kléber Moraes, classificou como inviável a nova proposta apresentada ontem pela Cooperativa de Neonatologistas, cujo contrato com a MEC termina hoje. O documento, que propõe o aumento do valor do plantão de 12 horas para R\$ 850, foi entregue à direção do hospital na manhã de ontem.

A nova proposta consiste na equiparação do preço do plantão prestado pelos neonatologistas ao valor correspondente

cobrado por pediatras ligados à cooperativa dos médicos, Coopmed. "Resolvemos entrar por mais uma proposta para tentar terminar esse impasse", disse a tesoureira da Cooperativa dos Neonatologistas, Gláucia da Escóssia.

"A proposta foi muito acima do que nós havíamos combinado. É inviável", revelou o diretor. "Da não posso ser irresponsável e aceitar o contrato, por mais que seja justa. Tenho que assumir um compromisso que possa honrar", justificou Kléber Moraes.



O diretor Kléber Moraes disse que a proposta dos neonatologistas era inviável

SAIBA MAIS

Desde dezembro, os neonatologistas cooperados recebiam R\$ 500 pelo plantão de 12 horas na Maternidade Januário Cicco. O valor foi resultado de acordo firmado entre a direção do hospital e a cooperativa ao final do contrato que venceu em novembro. Naquela ocasião, os cooperados recebiam R\$ 350 por plantão e reivindicaram aumento para R\$ 760. A solução encontrada de imediato foi um aditivo ao contrato, com aumento do valor do plantão para R\$ 500 por um período de três meses, ao fim do qual as reivindicações seriam rediscutidas. Entretanto, no dia 15

de dezembro a cooperativa rescindiu unilateralmente o contrato, que vence hoje, após os 30 dias de aviso prévio.

A justificativa da Cooperativa dos Neonatologistas para a rescisão do contrato foi a falta de profissionais suficientes para cobrir a escola médica. De acordo com Gláucia da Escóssia, dos 22 neonatologistas que prestavam serviços para a maternidade há um ano, atualmente há apenas nove.

Apesar de a cooperativa contar com 36 profissionais, entre intensivistas e neonatologistas, não houve interesse por parte dos demais cooperados em trabalhar na maternidade.

Diretor busca outras alternativas

O diretor da Maternidade Januário Cicco informou que outras alternativas estão sendo buscadas, como o contrato individual por meio de processo de seleção simplificada. Além disso, a direção da Maternidade Januário Cicco está tentando articular com gestores municipal e estadual a possibilidade de pe-

diatras serem cedidos por meio de acordo de cooperação técnica. "Contrataremos quantos forem necessários", disse Kléber Moraes.

A secretária municipal de saúde autorizou o encaminhamento de cinco profissionais para a Maternidade, sendo três neonatologistas e dois pediatras.

Além disso, outros dois profissionais serão cedidos pela Fundação Nacional de Saúde e pelo Cefet-RN. Ainda não há previsão de quando eles começarão a trabalhar na Maternidade.

O diretor geral informou que, enquanto não chegarem os novos profissionais, será mantida a medida da redu-

ção dos leitos da UTI infantil de 22 para 10, adotada desde a noite de sexta-feira, e da entrada de novos pacientes. Com o fim do contrato dos neonatologistas, apenas oito profissionais do quadro da Maternidade ficarão responsáveis pelo atendimento na UTI infantil da Maternidade Januário Cicco.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Covisa vai fiscalizar os quiosques de P. Negra

Os quiosques do calçadão da praia de Ponta Negra serão alvo de uma fiscalização da Vigilância Sanitária Municipal (Covisa) na manhã de hoje. A operação está marcada para as 8h30. Amanhã, às 15h, vai haver fiscalização no restaurante Bari Palesi em Ponta Negra.

O trabalho faz parte da "Operação Verão" da Vigilância Sanitária, uma escala de fiscalizações intensificada para os meses de janeiro e fevereiro, em função do aumento da circulação em restaurantes e lanchonetes na alta estação.

A operação foi iniciada no último dia 3. A fiscal de plantão Ester Emerenciano não soube precisar quantos estabelecimentos já foram visitados até agora, mas revelou que todos apresentaram irregularidades. "Encontramos principalmente problemas de sujeira e procedimentos errados. Os critérios são rígidos. Por exemplo, se houver um utensílio de madeira na cozinha, já é uma irregularidade, porque a madeira se desgasta e pode tornar-se um risco para o consumidor. Se um funcionário que manuseia alimentos estiver sem o atestado de saúde em dia, não está apto para trabalhar", cita. Ela acrescenta que a maioria dos comerciantes de Natal não conhece as normas. "Só quem sabe são alguns poucos que já fizeram um curso especializado", reconhece.

Segundo a fiscal, até agora não foi feita nenhuma autuação. "Nosso trabalho está num caráter mais educativo.

Dependendo da gravidade da irregularidade damos prazos de adequação que variam de 24h a 60 dias", explica.

Ester acrescenta que a operação conta com 21 fiscais, que se revezam em plantões nos horários das 8h às 20h, todos os dias, inclusive domingos e feriados. "De quinze em quinze dias, faremos um plantão especial das 14h às 18h, para fiscalizar os estabelecimentos que abrem até tarde da noite", acrescenta.

De acordo com a chefe da Covisa, Izolda Fonseca, além da questão dos atestados médicos, da limpeza e dos utensílios de cozinha, as equipes fiscalizam itens como manuseio, armazenamento e prazo de validade dos alimentos, e verificam se os comerciantes utilizam vestimentas corretas. Ela explica que as instalações físicas e a integridade estrutural dos estabelecimentos também é analisada.

De acordo com Izolda, o trabalho vai cobrir todas as áreas do município, sobretudo as praças de alimentação dos shopping centers, as cozinhas dos hotéis e os estabelecimentos de rua da região de Ponta Negra, onde se concentra a maior parte dos restaurantes. "As praças e os hotéis estão lotadas por causa da alta estação e as praças de alimentação dos shoppings também recebem mais gente, por conta das férias, então é necessário aumentar a vigilância", raciona. A funcionária avisa que os vendedores ambulantes não serão fiscalizados por enquanto.

Aula PROFESSORES APRENDEM NA ESCOLA DO PATRIMÔNIO

De 19 a 29 de Janeiro, 120 professores de ensino médio e superior de escolas públicas e privadas participam do projeto Escola do Patrimônio, executado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do RN (Fapern) e Instituto de Formação e Gestão do Turismo do Rio Grande do Norte (IFGETUR). A Escola do Patrimônio é a continuação do projeto Patrimônio Cultural Potiguar, realizado em 2006, quando foram sistematizados e inventariados aspectos importantes da cultura norte-riograndense em seis tipos: patrimônio arquitetônico, material, museológico, artes visuais, sacro e bens móveis e integrados.

FEDERAL

PF prende acusados de furto no autoatendimento

A Polícia Federal (PF/RN) prendeu dois homens, sendo um cearense e outro potiguar, na noite de terça-feira, acusados de praticarem furtos em caixas eletrônicas da Caixa Econômica Federal. Eles introduziam um equipamento chamado de "régua" no local onde saem as notas. Depois, com a impossibilidade de acesso as células, os clientes abandonavam o caixa e os acusados coletavam o dinheiro. A PF não divulgou os nomes dos envolvidos.

A "régua" possui uma borracha em que o dinheiro fica grudado. Com isso, o cliente acabava desistindo da operação e os acusados esperavam o melhor momento para coletar as notas.

Após constatarem que o terminal não estava funcionando adequadamente, alguns clientes ficaram desconfiados e decidiram procurar a segurança do local onde fica o caixa, não divulgado pela PF. A partir da denúncia, a dupla foi detida por funcionários da CEF e por policiais militares.

Em interrogatório ocorrido na sede da PF, os dois confessaram que já tinham praticado o mesmo tipo de delito em outros caixas instalados em diferentes pontos da cidade. Eles ainda acusaram um terceiro homem, que seria comparado deles e encontrara-se foragido. De acordo com a

dupla, o terceiro integrante do grupo seria o mentor da ação criminosa, bem como o proprietário dos aparelhos encontrados nas máquinas.

A PF preferiu não mencionar os nomes dos envolvidos, mas divulgou que o cearense tem 38 anos e reside em Novo Oriente (CE), e o potiguar tem 39 anos e mora em Parâmirim, no bairro Jardim Planalto. Eles estão custodiados na Superintendência da Polícia Federal, em Natal, à disposição da Justiça.

Os acusados foram enfiados no artigo 155, parágrafo 4º, inciso II, do Código Penal Brasileiro. Isso significa que eles são acusados de "subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel", cuja pena é reclusão de um a quatro anos e multa.

O parágrafo 4º, no inciso II, especifica que a pena aumenta para dois a oito anos de reclusão e multa pelo crime ter sido cometido com "abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza". Já o artigo 14 qualifica o crime como tentativa, já que os acusados foram presos tentando cometer o crime, tendo iniciado a execução, mas sem conseguirem consumar o ato "por circunstâncias alheias à vontade do agente". De acordo com a divulgação da PF, se condenados os suspeitos podem pagar até seis anos de prisão.



A quadrinha usava equipamentos para travar a saída de dinheiro das máquinas

Um e-mail desses, a gente faz questão de compartilhar :)

De: Walter Zagari
Vice Presidente Comercial da Rede Record

Para: TV Tropical

Acaba de sair a audiência fechada do ano de 2008, quando comparada com o ano de 2004. Os dados são os seguintes:

- Em 2004 a RECORD era 18% do tamanho da líder e 45% do tamanho da vice.
- Em 2008 a RECORD é 46% do tamanho da líder e 22% acima da 3ª colocada, ex vice-líder.

Nunca nenhuma outra televisão brasileira cresceu com tanta velocidade e em tão curto espaço de tempo.

Fonte: Jornal Agora de 06.01.09



TROCA

TROCO BOMBA BALANÇADA DE CANTO DE PAREDE POR BOMBA DE FUMO COM EQUIPAMENTOS CARGADOS, SINGULARES, CIGARRAS DE ABU CELLULAR E CIGARRO CLASSIFICADOS NO DIÁRIO. PELA TROCA DE BOMBA.



4009.0200 CLASSIFICADO NO DIÁRIO, VENDE MAIS

DIÁRIO DE NATAL



VOU PERICARDO ABERTO MOSTRA O 1º ENCONTRO DE KELYS LINA COM INTEGRANTES DO SETURN

COLUNA CARLOS MAGNO MOSTRA NOTÍCIAS DO SERIDÓ E O CASAMENTO DE CYNTHIA E BRENO



4009.0200

DIÁRIO DE NATAL CIDADES

NATAL, QUINTA-FEIRA, 11 DE JANEIRO DE 2009

TEMPO

Previsão para o dia 11 de janeiro de 2009

HABE	11h	19h
ALTA	11h	19h
BAIXA	11h	19h
LUJA		
Chuva		

TEMPERATURA

Máxima	19°C
Mínima	11°C

BATE-BOCA FILA PARA CIRURGIAS ELETIVAS NA REDE PÚBLICA GERA CONFLITO ENTRE OS GESTORES

Levi Jales rebate secretário

PATRICIA BRITTO
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

Apesar do secretário Estadual de Saúde, George Antunes, ter afirmado ontem no Diário de Natal que a responsabilidade pelas cirurgias eletivas nos hospitais públicos ser da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), o secretário Levi Jales informou que a SMS não tem responsabilidade pela não realização das cirurgias na crise atual e pelo consequente crescimento das filas de espera em hospitais como Walfredo Gurgel e Doutor Luiz Antônio Azeiteiro, estes hospitais têm 1.200 pacientes a espera de uma cirurgia.

A justificativa do médico Levi Jales se baseia no fato de que os repasses aos hospitais que realizam as cirurgias continuam sendo feitos. "Nossa responsabilidade é pagar os hospitais pelos procedimentos, e nunca deixamos de fazer isso", declarou o secretário municipal de saúde.

"O município está passando os repasses, mas os hospitais estão impedidos de fazer as cirurgias devido ao término dos contratos do Estado com a cooperativa dos anestesiologistas", informou Levi Jales. Ele explicou que o município de Natal tem apenas 14 anestesiologistas, e que eles estão lotados nas maternidades, e por isso não estão à disposição para realizar as cirurgias eletivas. Em contato com o Procurador Geral de Justiça, José Augusto Peres, o município tem que tomar medidas para dar conta dos contratos que cabem a ele.



O caos impera na rede estadual de saúde do RN que inclusive tem decreto de calamidade pública, na forma da lei

ENTREVISTA LEVI JALES

"A crise na saúde é de todos"

Diário de Natal - De quem é a responsabilidade pela crise na saúde?

Levi Jales - A responsabilidade pela atual crise na saúde é de todos. Se não houver um grande pacto pela saúde, com a participação de todos, vai ser difícil sair dessa crise.



Foto: Carlos Diniz

Qual está sendo a participação do município nesse "pacto"?

O fortalecimento da rede básica de saúde é um convênio firmado com o Hospital Universitário Onofre Lopes.

Alguma outra ação?

O município assegurou a contratação temporária de 100 profissionais para trabalharem nos postos de saúde e no Programa de Saúde da Família vai amenizar a crise. A população está procurando mais os hospitais porque a rede básica está deficiente. Nossa primeira conduta vai ser contratar esses médicos para que não haja sobrecarga.

pital Onofre Lopes.

O convênio firmado, na semana passada, com o Hospital Universitário Onofre Lopes é para a realização de cirurgias eletivas de hemias, próstata e varizes. O município vai repassar um total de R\$ 500 mil, para ser realizado um mutirão dessas cirurgias num prazo de três meses. Havia pelo menos 600 pacientes esperando pela cirurgia de próstata antes do convênio. O convênio foi elaborado no decorrer do secretário Edmilson Albuquerque, e estava em fase de documentação quando assumi a secretaria.

Explique o convênio com o Hos-

MEMÓRIA

Sobre as filas de espera nos hospitais que quem contrata, mantém e oferece os serviços para a população na área de cirurgias eletivas é a Prefeitura. Um exemplo é o papel do Hospital Walfredo Gurgel em área de ortopedia. O hospital presta o primeiro atendimento, faz a cirurgia que for de emergência, estabiliza o paciente e encaminhá-lo para um hospital privado, onde uma segunda cirurgia é agendada. Essa segunda cirurgia do segundo momento passa a ser do município. Então, o convênio do Hospital Walfredo Gurgel e do Médico Cirurgião é com a Prefeitura. Os recursos financeiros estão na Secretaria Municipal de Saúde", acrescentou.

Pacientes de ortopedia agonizam

Os pacientes do SUS que esperam por cirurgias na área de ortopedia estão sem assistência por falta de anestesiologistas. No Instituto de Traumatologia e Ortopedia do RN (Itorn) e Hospital Memorial a situação se agrava a cada dia, tendo em vista que a saúde das pessoas internadas fica mais debilitada enquanto elas esperam por atendimento.

De acordo com a enfermeira chefe do Itorn, Nelise Cláudio, a maioria dos pacientes internados no local são idosos. "Temos 10 pessoas internadas e tem muitas vovós, que já estão com escaras, com a saúde debilitada e deprimidas por estarem fora de casa há muito tempo", explicou a enfermeira que continuou: "Os pacientes que chegam com traumas graves, que necessitam de cirurgias são mandados de volta. É muito difícil, mas a gente não tem a mínima condição de receber. Não adianta dizer que venha para cá, para ficar numa cama, sem atendimento", afirmou.

A dona-de-casa Lucia Correia está com sua mãe internada no Itorn há quase um mês precisando de cirurgia por causa de uma fratura no fêmur. "Ela tem 94 anos e não aguenta mais essa situação. Está deprimida, não dorme direito, passa a noite com dores e pede o tempo inteiro para voltar para casa. É uma situação complicada, ainda mais por causa da idade avançada dela", afirmou.

"Uma mulher que preferiu não se identificar, aguardava para visitar um



No Memorial, o diretor Francisco Gomes, disse que tem 10 pacientes do SUS precisando de cirurgia com urgência

familiar que está há 15 dias esperando uma cirurgia no joelho. "A pessoa que eu vou ver já é uma senhora e não tem condições de permanecer esperando. Essa situação é muito séria", disse.

No Hospital Memorial o cenário é semelhante. De acordo com o diretor-presidente, Francisco da Silva Gomes, existem oito pacientes do SUS internados na unidade e dois estão na UTI, precisando de cirurgia com urgência. "Já enviamos até uma carta para a Secretaria Estadual de Saúde, solicitando um anestesiologista das Forças Armadas para atender esses pacientes que estão na UTI. Temos pessoas internadas aqui que saem para fazer hemodiálise e voltam para cá, pois necessitam de cirurgia", afirmou.

O diretor do Memorial disse que o problema não é apenas com os anestesiologistas, mas também com os especialistas em ortopedia e traumatologia. "Essa greve dos anestesiologistas está prejudicando muito a vida de todos. De um lado é a população que sofre sem

PALAVRA DO MEC.
www.comprovaqual.com.br

A MELHOR FACULDADE DO RN

CURSOS NOTURNOS

- Administração FGV R\$ 354,70*
- Direito R\$ 559,12*
- Ciências Contábeis R\$ 315,30*
- Psicologia R\$ 526,55*
- Educação Física R\$ 459,00*
- Sistemas de Informação R\$ 387,20*
- Licenciatura em Computação R\$ 354,70*

CURSOS MATUTINOS

- Direito R\$ 559,12*
- Nutrição R\$ 526,55*
- Fisioterapia R\$ 652,41*
- Enfermagem R\$ 594,09*

FARN
FAÇA FARN E PRESERVE-SE PARA O MANEJO

VESTIBULAR TODA QUINTA

Informações: **3215.2917** www.farn.br

10% das vagas para o ENEM e Vagas Luminosas em parceria com a FARN e o MEC. Apoio voluntário.
* Valores por pagamento até a data de vestibular. Vagas para o ENEM e o ENEM e o ENEM.

Getúlio Rêgo vai cobrar uma solução

A discussão sobre a prestação de serviços dos anestesiologistas deve ser levada hoje para a mesa da governadora Wilma de Faria. Por sugestão da comissão de saúde da Assembleia Legislativa, será realizada uma reunião no governadoria, a partir das 14h, onde serão debatidos os problemas do setor. De acordo com o deputado estadual Getúlio Rêgo -membro da comissão-, não há intenção de paritarizar a discussão. "Temos que resolver essa situação porque quem está pagando é o povo", declarou.

Getúlio disse que o estado faz contratos com anestesiologistas há 12 anos e essa não revogação gera problemas "absurdos", como o bloqueio na ortopedia, na neurocirurgia e em todas as especialidades que tinham convênio com cooperativas. "Desde o dia primeiro tem pacientes internados no Itorn e Hospital Memorial. Tem muitas pessoas velhas que não tem condições de passar por esse sofrimento. No Hospital Walfredo Gurgel os pacientes que chegam em busca de atendimento vol-

tam para casa com os ossos quebrados, dores fortes, pois não cabem no hospital. O fato é que não buscaram alternativas para dar uma continuidade do atendimento", afirmou.

Na semana passada, a comissão de saúde da Assembleia se reuniu com o Procurador Geral de Justiça, José Augusto Peres, a promotora da saúde Elaine Cardoso e os secretários municipal e estadual de saúde, Levi Jales e George Antunes, respectivamente, na tentativa de encontrar uma saída para a crise da

saúde. "O Ministério Público admitiu que o estado poderia ingressar na Justiça com o pedido de renovação dos contratos, até que os municípios - pois esse problema não é só de Natal -, se preparessam para atender. No entanto, para a nossa surpresa isso não aconteceu. As medidas que o estado vem tomando, no intuito de suavizar a crise, não tem adiantado, aliás, o problema se agrava a cada dia. Mais de 900 pacientes com câncer estão sem condições de se operar. Como fica o povo?", questionou.



[SAÚDE] Fim do contrato com as cooperativas obriga Liga a suspender atendimento ao SUS e lista de espera por cirurgia chega a 900 pacientes

Crise no atendimento já atinge hospitais da Liga Contra o Câncer

EMANUEL AMARAL



Com o fêmur e a tíbia fraturados há 10 dias, Zilton Lima aguarda cirurgia no HWG

A crise na Saúde chegou à Liga Norte-rio-grandense contra o Câncer, que atende pacientes do SUS. Desde 31 de dezembro, quando os contratos entre a Secretaria Estadual de Saúde e as cooperativas médicas foram suspensos, 120 cirurgias deixaram de ser realizadas. A situação preocupa porque cada dia de espera reduz a possibilidade de cura dos pacientes. Com a suspensão das cirurgias, os médicos decidiram também parar o atendimento ambulatorial. A fila de portadores de câncer à espera de cirurgia tem 900 pessoas. A crise atinge também o setor de ortopedia do Walfredo. Ontem, o Conselho Municipal de Saúde se reuniu para discutir o caos na rede municipal. [PÁGINAS 12 e 13]

CRISE GLOBAL

Lula vai analisar proposta para conter demissões

O governo já tem a receita para barrar demissões na iniciativa privada: vincular os recursos do FAT e do FGTS à manutenção de vagas ou criação de novos empregos. [PÁGINA 7]

ESTADUAL

Fortaleza vira a "fonte" para ABC e América

A fórmula de ABC e América para o Estadual passa a ser a mesma: jogadores do Fortaleza. Rinaldo treinou no América e o ABC negocia com o lateral Simão. [PÁGINA 16]

[SAÚDE] Por causa da paralisação dos cirurgiões e anestesistas, todas as cirurgias que seriam realizadas nas unidades da Liga Norte-Rio-grandense Contra o Câncer estão paradas.

Crise atinge unidades da Liga

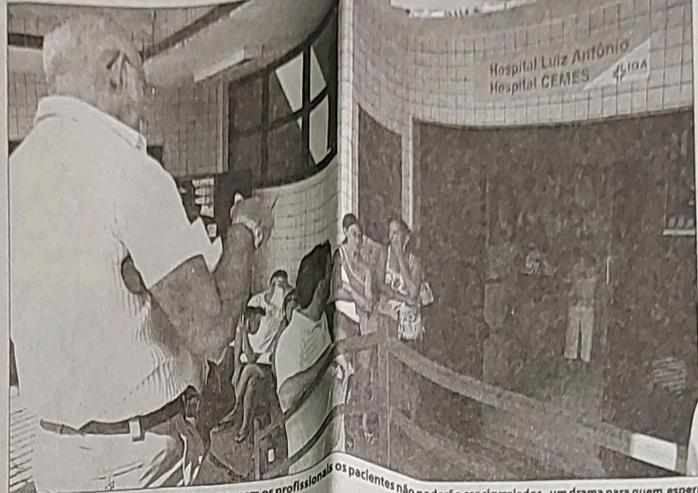
O atendimento aos pacientes com câncer que precisam ser submetidos a cirurgias está completamente paralisado desde o fim do contrato entre as cooperativas e a Secretaria Estadual de Saúde (Sesap). Desde o dia 02 de janeiro pelo menos 130 cirurgias foram desmarcadas, já que os todos os cirurgiões (40) e anestesistas (20) eram cedidos pelo Estado, por meio de contratos com cooperativas. A paralisação do serviço preocupa porque, além de ampliar a lista de espera que já tem cerca de 900 pacientes, "muitas pessoas certamente perderão a chance de cura", conforme alertou o superintendente da Liga Norte-Rio-Grandense Contra o Câncer, Roberto Sales. Não há prazo para solução do problema.

"O mais angustiante é que nós temos toda a estrutura pronta. São 88 leitos, 4 salas de cirurgias e muitos funcionários disponíveis, mas estamos parados porque não podemos fazer nada sem os cirurgiões e os anestesistas", lamentou Roberto Sales. Com as cirurgias suspensas, os médicos decidiram em assembleia suspender também todo o atendimento ambulatorial nesta área. "A justificativa deles foi de que não adianta atender ao paciente, fazer os exames e não poder marcar a cirurgia", explicou, sem concordar, o superintendente da Liga.

Com isso, o Hospital Dr. Luiz Antônio — unidade da Liga especializada na área de cirurgias e a única que atende exclusivamente pelo SUS — não está recebendo nenhum paciente. O superintendente reconhece, entretanto, que a tendência é que o problema tenha reflexos também no Centro Avançado de Oncologia (Cecan). Isso porque lá são oferecidos atendimentos como radio e quimioterapia — tratamentos que, normalmente, são feitos após as cirurgias.

Nesse impasse, os pacientes são os grandes prejudicados, com sofrimento e a falta de perspectivas de receber o tratamento. Mas não são os únicos atingidos. Toda essa "cadeia" questiona gera um outro problema: os médicos que atendem em outras funções deixam de receber o pagamento. Isso porque, os 850 funcionários da Liga são contratados, mas os 300 médicos (de especialidades em geral) "recebem pelos atendimentos prestados". "É um prejuízo geral, porque os trabalhos estão parados, mas o custo fixo está mantido", acrescentou o superintendente.

A Liga Norte-rio-grandense Contra o Câncer é uma instituição filantrópica, sem fins lucra-



A rede dispõe de equipamentos e leitos, mas sem os profissionais os pacientes não poderão ser cirurgiados - um drama para quem espera

tivos, sendo referência no atendimento de oncologia no Estado. Os recursos movimentados nas suas quatro unidades, que chegam a R\$ 4 milhões por mês, são provenientes 45% do SUS, 35% dos convênios particulares e 20% de doações. As doações podem ser feitas pelo telefone 4009 5578.

SESAP

Mesmo diante das medidas emergenciais tomada pela Secretaria Estadual de Saúde, a Liga não tem previsão de receber médicos cirurgiões e anestesistas para retomar as cirurgias. Isso porque, os profissionais contratados emergencialmente estão sendo encaminhados a estádio, para os hospitais da rede estadual de saúde, que não é o caso da Liga Norte-Rio-Grandense Contra o Câncer.

A secretária Estadual de Saúde, por meio da sua assessoria de comunicação, explicou que a Liga, assim como o Hospital Infantil Varella Santiago e três hospitais privados que atendem pelo SUS na área da traumatologia ortopédica, são de responsabilidade do município. "Em 2004, o Estado assumiu 60% dessa contratação porque o município não tinha condição de viabilizar sozinho. Agora, é o Estado quem não pode mais". A assessoria assegurou que os governos estadual e municipal estão buscando viabilizar uma solução, mas não estabeleceu prazos.

Crise na saúde começou há 10 anos

O debate sobre a decretação do estado de calamidade na área da saúde do município chamou, realmente, a atenção dos membros do Conselho Municipal de Saúde (CMS). Embora o quorum mínimo para se iniciar a reunião, ontem à tarde, fosse de apenas 11 conselheiros, de um total de 20 titulares, a discussão envolveu 30 conselheiros, incluindo os suplentes, que terminaram concordando com o seguinte: a medida tomada pela prefeitura Mícarla de Sousa apenas oficializou uma situação que vinha se configurando há mais de uma década, que é a precarização dos serviços públicos de saúde.

O presidente do CMS, Marcelo Medeiros, disse convocou a reunião porque só tomou conhecimento da medida tomada pela prefeitura "pela imprensa" embora achasse que "a atitude foi correta". Muitos conselheiros reclamaram porque a prefeitura não procurou a CMS para ficar a par da situação da saúde municipal, pois como órgão deliberativo e de controle democrático da gestão da saúde, tinha conhecimento de tudo o que vem se passando nessa área.

Medeiros até criticou o decreto publicado no "Diário Oficial do Município" do dia 8 de janeiro, onde a prefeitura Mícarla de Sousa considerou, para decretar a situação de calamidade pública, um relatório



A reunião do Conselho Municipal de Saúde foi realizada ontem

do Sindicato dos Médicos (Sinmed), entidade com representação no CMS. Segundo ele, o representante da classe médica "é o que mais falta as reuniões do Conselho".

O secretário municipal de Saúde, Levi Jales, mandou para representá-lo na reunião a servidora Ana Teresa Mota, que responde pelo Departamento de Gestão e Regulação da SMS. Ela falou dos problemas que o novo gestor encontrou durante a transição na saúde municipal, mas declarou que, nestes 100 dias, o prazo servirá apenas para "se tomar pé da situação e como se vai resolver as coisas".

A promotora da Saúde, Elaine Cardoso, disse que com o fim do contrato com a cooperativa dos anestesistas, por exemplo, o mu-

nicipio também precisa fazer a sua parte para garantir cirurgias eletivas (não emergenciais) aos pacientes do SUS, "porque ainda responde por 40% da demanda".

Presidente do Conselho Estadual de Saúde (CES), Francisco Canindé dos Santos disse que uma situação de calamidade "não chegou ao dia para a noite" e defendeu que não haja mais uma brecha para ações que só levam a adiar soluções para a crise no SUS, como ocorreu em 2004, quando a governadora Wilma de Faria "voltou atrás" e assinou contrato com cooperativas médicas. "Existem responsáveis que levaram à saúde a essa situação, tem de se ter coragem para sair em defesa da saúde pública".

BATE-PAPO

Elaine Cardoso Promotora

A promotora de Saúde Elaine Cardoso participou, ontem à tarde, da reunião do Conselho Municipal de Saúde, mas antes de discutir o decreto de calamidade pública assinado pela prefeita Mícarla de Sousa, ela falou sobre o encaminhamento das alternativas tomadas para suprir de profissionais as unidades de saúde onde existe mais demanda por atendimento.

A posição do Ministério Público continua contrária à contratação das cooperativas médicas para prestar serviços de saúde pública?

Sim, continua a mesma, no sentido de não contratação das cooperativas e de observar os resultados dos encaminhamentos tomados principalmente pelo Estado, que já tem adotado medidas concretas para que essa situação seja minimizada. Então, estão sendo convocados os profissionais do concurso, vários já assumiram, existem uma situação mais delicada no setor dos anestesistas, mas também já houve apresentação de profissionais do próprio governo.

Mas existe uma certa morosidade na apresentação dos médicos, mas as medidas estão sendo tomadas?

Exatamente, além disso o contato por parte com o governo do Estado com o Ministério da Saúde para que uma equipe venha a Natal observar a situação do Estado e do município e tentar também junto à instância federal de profissionais que venham dar um suporte, havendo necessidade, porque será feita uma identificação das escalas dos hospitais do Estado e a partir daí vai se verificar se há ou não necessidade da contratação de outros profissionais.

OMP acata a alternativa de contratação temporária, afora das cooperativas médicas?

A possibilidade de contratação temporária é uma saída, uma medida que o estado vai dizer quando do dia para a noite" e defendeu que não haja mais uma brecha para ações que só levam a adiar soluções para a crise no SUS, como ocorreu em 2004, quando a governadora Wilma de Faria "voltou atrás" e assinou contrato com cooperativas médicas. "Existem responsáveis que levaram à saúde a essa situação, tem de se ter coragem para sair em defesa da saúde pública".

Isto está previsto constitucionalmente?

Na verdade, o vínculo previsto na Constituição é através de concurso público, mas a lei condiciona em situações excepcionais uma contratação temporária de profissionais.

Então, esses decretos de calamidade do Estado e do município seriam uma espécie de guarda-chuva para essas medidas?

Não, a situação de contratação temporária podia ser pensada independente da situação de calamidade, mas isso reforça essa alternativa.

O poder público já informou que vai fazer realmente essas contratações temporárias?

Isso já foi uma afirmação tanto do município de Natal, quanto por parte do Estado também. Se a chamada dos profissionais do concurso não suprir as necessidades, o passo seguinte será a contratação por tempo determinado.

Como a senhora avalia o caso da Maternidade Januário Cicco, onde uma cooperativa rompeu o contrato unilateralmente?

Essa questão é acompanhada mais de perto pelo Ministério Público Federal, então eu não gostaria de dar nenhuma opinião.

Delicatto
apresenta

Essência do Tempo
sons, versos e lirismo

Teatro Alberto Maranhão
13 e 14 de janeiro - terça e quarta - 20h

Ingressos: R\$ 20,00

VENDA ANTECIPADA NO TEATRO 3222 3669

REALIZAÇÃO MAPA

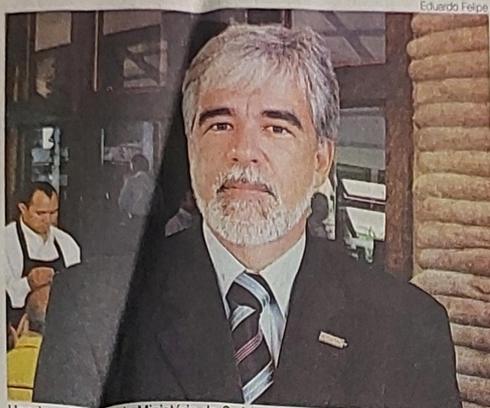
Desconto de 50%, à vista em até 2 (dois) ingressos inteiros individuais por assinante, na apresentação da carteira do Clube (Assinante TN paga R\$ 10,00 por cada ingresso).

O ASSINANTE DA TRIBUNA DO NORTE RECEBERÁ SEU EXEMPLAR NA SUA CASA DE PRAIA.

CLUBE DO ASSINANTE TRIBUNA DO NORTE

É tempo de veranear, calor, mar e muita informação. Se você vai veranear e deseja mudar o local de entrega de sua assinatura da TRIBUNA, entre em contato com o nosso telemarketing através do fone: 4008.6111 e indique em qual das praias abaixo você quer receber sua Tribuna do Norte e informo o endereço da sua casa de praia.

LITORAL SUL	LITORAL NORTE
Plum	Redinha
Cotolelo	Santa Rita
Pirangi do Norte	Genjabu
Pirangi do Sul	Graçandu
Búzios	Barra do Rio
Tabatinga	Pitangui
Camurupim	Jacumã
Barreta	Muriú
Tibau do Sul	Barra de Maxaranguape
Pipa	Touros
Barra de Cunhaú	
Baía Formosa	



Eduardo Felipe

Henrique Vitalino, do Ministério da Saúde, ajudará na re-engenharia da rede



Arquivo

Conselho sugere uso de unidades das Forças Armadas para absorver demanda

Equipe do Ministério vai reordenar rede pública de Saúde do Estado

AÇÃO TEM CARÁTER DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E NÃO DE INTERVENÇÃO

O grupo-tarefa do Ministério da Saúde (MS), que chega a Natal na próxima semana para auxiliar a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) a reorganizar a rede pública da área, já começou a atuar na cidade com a presença do coordenador da gestão do trabalho em Saúde, do MS, Henrique Vitalino. Ele está tomando conhecimento da atual situação do Rio Grande do Norte, considerada uma crise de "organização de rede" e não simplesmente de falta de recursos humanos ou problemas com especialidades médicas. "A partir dos pontos nevrálgicos, vamos ajudar na re-engenharia do sistema. Este trabalho tem caráter de cooperação técnica e não é intervencionista", explica.

Repactuar atribuições e responsabilidades da Sesap, secretarias municipais de Saúde e do próprio Ministério e visitar hospitais são alguns dos caminhos cogitados pelo representante da instância federal.

"É preciso analisar o que não está sendo feito e o que está sendo feito parcialmente. A ideia é racionalizar os recursos. O ministro José Gomes Temporão assumiu com a governadora Wilma de Faria que o MS estaria engajado para construir soluções em conjunto", frisa. A equipe fica três dias na capital potiguar, mas voltará ao RN quando for necessário para o trabalho que não tem previsão de término. "No entanto, em poucos meses, vai ser possível sentir os efeitos", garante Vitalino.

Também está programada para hoje, às 14 horas, uma reunião com a governadora Wilma de Faria, Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa (AL), Ministério Público, secretarias de Saúde e entidades médicas, na sede da Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan). O procurador geral de justiça, José Augusto Peres, afirmou que providências só deverão ser tomadas após as con-

siderações do MS, que servirão de base para as decisões daqui para frente. Ele esteve em Brasília, nesta quinta-feira, na Secretaria de Defesa Econômica para verificar o entendimento do órgão sobre a provável formação de cartel das cooperativas médicas.

Outra entidade que se posiciona em relação à crise é o Conselho Estadual de Saúde (CES), que é favorável a acionar mais efetivamente as Forças Armadas para colaborar com o estado de calamidade pública. "Estamos em uma guerra, por isso, sugiro que todo o efetivo médico da esfera federal contribua para que as filas de pacientes, agravadas pela ausência de profissionais, diminuam nos hospitais", relata Canindé Santos, presidente do conselho. Outras sugestões imediatas, segundo ele, são a utilização dos hospitais das Forças Armadas para absorver temporariamente a demanda e a convocação, por parte dos municípios, dos

médicos em férias ou em licença para retornarem aos trabalhos. O Conselho realiza uma reunião extraordinária amanhã para novamente debater soluções e, às 15 horas, realiza ato público em defesa da saúde e contra a privatização no calçadão da rua João Pessoa, em Cidade Alta.

Para o diretor do Hospital Naval de Natal, Claudio de Castro Ribeiro, a Marinha já está colaborando como pode para a causa, cedendo o único anestesista que dispõe ao Estado. A utilização da estrutura da unidade hospitalar, segundo ele, tem que ser autorizada por instâncias superiores, mas acabaria prejudicando a demanda já existente. "O hospital presta assistência a 14 mil militares e dependentes em Natal e nossa capacidade já é totalmente preenchida por estes pacientes", afirma. A demanda é de quatro mil consultas ao mês e cerca de 80% dos 35 leitos disponíveis estão ocupados. (TC)

> NEONATOLOGISTAS

Januário Cicco ainda não sabe disponibilidade de leitos

ISAAC LIRA
REPORTER

O diretor da Maternidade-Escola Januário Cicco, Kleber Morais, ainda não sabe com quantos leitos a Unidade de Terapia Intensiva poderá contar a partir de amanhã, quando os neonatologistas e pediatras conveniados por cooperativa não vão mais trabalhar, por conta de uma rescisão de contrato com o hospital. Oficialmente, o cálculo inicial será mantido e a maternidade amanhecerá com apenas 10 leitos de UTI disponíveis e apenas dois neonatologistas e um residente.

No entanto, existe uma resolução administrativa do poder municipal de enviar três neonatologistas e dois pediatras e esse número de leitos disponíveis, como também o atendimento da pediatria, poderá aumentar. "Ainda é pouco para a demanda do hospital, mas esperamos algum contato com a Secretaria Estadual de Saúde em breve", afirma Kleber Morais.

Com o reforço de contingente, a diretoria da Maternidade ainda não sabe do funcionamento exato da neonatologia. "Só vamos poder avaliar quando esse contingente chegar", diz. O contato com a Secretaria Estadual de Saúde ainda não emplacou e, por isso, um possível

reforço de pessoal, vindo das novas contratações da Sesap e dos médicos das Forças Armadas, parece mesmo distante.

Mesmo com a diminuição dos leitos e a recusa em atender os casos de pediatria, não havia tumulto na Januário Cicco na manhã de hoje. A Maternidade funcionava com apenas 11 leitos, muito próximo ao que estava previsto para os momentos críticos que podem chegar a partir de amanhã. Pelo visto, a diminuição gradativa programada por Kleber Morais deu resultados. "Foi acertada a decisão, sempre fazemos dessa forma, procuramos evitar que os pacientes se aglomerem e fiquem acomodados sem o devido conforto", afirma Kleber.

Informações colhidas na recepção dos pacientes do interior confirmaram que o número de pessoas remanejadas para outros hospitais e maternidades, como a das Quintas e a de Santa Catarina, tem aumentado bastante nos últimos dias. Funcionários que preferiram não se identificar afirmaram que a Januário Cicco tem recebido preferencialmente pacientes das imediações. O restante é transferido para hospitais de referência nas suas áreas, como o de Parnaramim e o das Quintas, por exemplo.



Contrato entre neonatologistas e MEIC dura apenas até esta quinta-feira